

PMDFCI

Caderno II

Plano de Ação

V01/2015

Município de Aguiar da Beira

2015 - 2019



Titulo	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Caderno 2
Descrição	Caderno 2
Data de início de Produção	abril 2013
Data da Ultima Atualização	18 de maio de 2015
Versão	1
Desenvolvimento e Produção	CMDFCI de Aguiar da Beira
Coordenador do Projeto	Tiago da Veiga
Equipa Técnica	Tiago da Veiga
Código do Documento	PMDFCI/2015
Código do Projeto	C2_PMDFCI_2015
Nome do ficheiro digital	*.\PMDFCI_AguiarBeira_Cadernoll(V1.2015)

Conteúdo

Introdução	3
1 – Enquadramento do plano no âmbito do Sistema de gestão territorial e no Sistema de defesa da floresta contra incêndios	4
1.1 - PNDFCI	4
1.2 - PROF – Dão Lafões	5
Implicação para o Planeamento do PMDFCI	5
Medidas de intervenção comuns.....	5
Sub-região Raia Norte	7
Sub-região Floresta da Beira Alta	9
Corredores ecológicos	10
1.3 - Os Planos de Gestão Florestal.....	10
1.4 - Compatibilidade entre o PDM e o PMDFCI.....	11
2 - ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E ZONAGEM DO TERRITÓRIO	11
2.1 - Carta dos Modelos de Combustíveis.....	11
2.2 - Cartografia de Risco de Incêndio Florestal;	13
2.2.1 - Perigosidade de Incêndios Florestal;.....	13
.....	14
2.2.2 - Risco de Incendio Florestal;	14
2.3 - Mapa de Prioridades de Defesa.....	15
3 - OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI.....	17
3.1 - Tipologia do concelho	17
3.2 - Definição de objetivos e metas anuais do PMDFCI.....	17
4 - EIXOS ESTRATÉGICOS;	18
4.1 – 1.º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;	19
4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios	19
Novas edificações no espaço florestal ou rural.....	20
Meios complementares de combate a incêndios e gestão do combustível na faixa de proteção e respetivos acessos (não aplicável a RPGC e RPA)	21
Acessos.....	22
4.1.2 Rede de Pontos de Água.....	22

4. 1.3. Rede viária florestal (RVF)	22
4.1.2 Planeamento das Ações referentes ao 1º Eixo Estratégico.....	23
4.1.2.1 Planeamento das Ações Ano 1	23
4.1.2.2 Planeamento das Ações Ano 2	24
4.1.2.3 Planeamento das Ações Ano 3	26
4.1.2.4 Planeamento das Ações Ano 4	26
4.1.2.5 Planeamento das Ações Ano 5	27
Indicadores e orçamentos	27
4.2 - 2.º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios;.....	28
Metas e Indicadores	29
4.3 - 3.º Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;.....	30
Vigilância e deteção	30
Metas e indicadores	31
4.4 - 4º Eixo estratégico: recuperar e reabilitar os ecossistemas	31
Reabilitação de povoamentos e habitats florestais	31
4.5 - 5º Eixo estratégico: adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.....	31
Necessidades de Formação; CMDFCI	31
Organização do SDFCI.....	32
Estimativa de orçamento destinado à formação dos elementos da CMDFCI	33

Introdução

No cumprimento do Decreto – Lei nº 124/06, de 28 de Junho com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 17/2009, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra Incêndios, elabora-se o Plano Municipal de Defesa da Floresta, que contém as medidas de prevenção, previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios florestais.

A Presidência do Município, a quem compete a coordenação e gestão dos planos de defesa da floresta, reconhece que o fenómeno dos fogos florestais assume no Concelho de Aguiar da Beira, uma dimensão preocupante, pelo que urge reforçar os meios materiais e humanos afetos às ações operacionais de sensibilização, prevenção, silvicultura preventiva, vigilância, fiscalização, deteção e combate aos incêndios na floresta, estabelecendo parcerias com Associações de Produtores Florestais e Juntas de Freguesia.

Pretende-se apostar na prevenção e intervenção rápida e precisa de incêndios florestais, realizando a manutenção e melhoramento dos caminhos florestais, facilitando o acesso dos meios de intervenção, a comunicação entre as populações e contribuindo para o ordenamento florestal, tornando mais rápidas as ações de primeira intervenção e facilitando o combate ao foco de incêndio, nos momentos iniciais da deflagração. Aliada à rede de Caminhos Florestais, serão instaladas redes primária e secundária de faixas de gestão de combustíveis, utilizando medidas de silvicultura preventiva, como operações de limpeza mecânica e moto-manual da vegetação sub arbórea, desrame e monda do arvoredo existente, criando zonas livres de vegetação rasteira, que se transformam em obstáculo à progressão das chamas.

O objetivo principal é desenvolver ações ao longo de todo o ano, de forma a ter uma floresta ordenada e bem gerida, com rede viária e bons acessos, com rede divisional formada por aceiros e a compartimentar e separar as manchas de árvores, que devem ser limpas e desbastadas.

Aliado a estas atividades pretende-se implementar um sistema de execução de ações de fogo controlado em locais estratégicos de forma a criar descontinuidades de combustível, bem como um plano municipal de queimadas de forma a desincentivar queimadas de risco.

1 – Enquadramento do plano no âmbito do Sistema de gestão territorial e no Sistema de defesa da floresta contra incêndios

O PMDFCI visa operacionalizar ao nível local e municipal as normas contidas na legislação DFCI, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho com a redação dada pelo Decreto-lei 17/2009 e legislação complementar, no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (Resolução do

Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio) e nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e Planos Distritais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI).

O Decreto-Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio, cria as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI). Estas comissões são centros de coordenação e ação local de âmbito municipal, tendo como missão coordenar as ações de defesa da floresta contra incêndios e promover a sua execução. Entre outras, são atribuições da CMDFCI a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta (estrutura definida pela portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro) e a articulação dos organismos com competências em matéria de incêndios florestais.

O presente plano é enquadrado a nível nacional pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, adotado através da Resolução do Conselho de Ministros de n.º 65/2005 que prevê a existência de 5 eixos prioritários de intervenção:

1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
2. Redução da incidência dos incêndios
3. Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
4. Recuperar e reabilitar os ecossistemas
5. Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz

É objetivo deste PMDFCI enquadrar as medidas e intervenções, previstas no PNDFCI de forma a transcrever para nível municipal as orientações emanadas no PNDFCI.

A nível regional encontra-se condicionado pelo PROF-Dão Lafões, segundo o qual o concelho de Aguiar da Beira encontra-se abrangido por duas sub-regiões homogéneas: Raia Norte (único concelho Dão Lafões nesta sub-região) e Floresta da Beira Alta.

1.1 - PNDFCI

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), é o instrumento estruturador da estratégia Nacional (e do conjunto de ações previsto), tendo em vista o fomento da gestão ativa da floresta e a criação de condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

O PNDFCI constitui ainda uma plataforma de definição de um quadro de responsabilidades muito claro, que remete a responsabilidade das ações de prevenção ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, a vigilância, deteção e fiscalização à Guarda Nacional Republicana (GNR), o combate à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e a sua ligação funcional ao nível do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

A implementação deste instrumento estratégico, faz-se através do estabelecimento de linhas de atuação com a indicação clara da fase de planeamento, execução e controlo, calendarização de medidas e indicadores de execução. São assumidos períodos temporais para o desenvolvimento das políticas sectoriais e para a concretização dos objetivos.

O PNDFCI consagra um conjunto de objetivos, ações e metas, alcançáveis mediante a intervenção em três domínios prioritários: prevenção estrutural, vigilância e combate. Neste contexto, são identificados cinco eixos estratégicos de atuação:

Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;

Redução da incidência dos incêndios;

Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;

Recuperar e reabilitar os ecossistemas;

Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Estes eixos de atuação serão trabalhados para município da Aguiar da Beira em sede deste PMDFCI.

Ao nível estratégico, o PNDFCI acentua a necessidade de desenvolvimento de uma política concreta e persistente de sensibilização da população. Alerta ainda para a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do risco e de desenvolvimento de sistemas de gestão e de ligação às estruturas de prevenção, deteção e combate, reforçando a capacidade operacional.

Assente em vários diagnósticos realizados, sobre o tema DFCI, o PNDFCI, aponta como soluções para o País:

Reajustamento das funções e responsabilidades das instituições envolvidas;

Maior eficácia nas ações de prevenção, vigilância, deteção e fiscalização;

Maior capacidade operacional e;

Maior unidade no planeamento, na direção e no comando das operações de proteção e socorro.

Neste sentido o reforço da organização de base municipal, é encarado como essencial, devendo ser consolidadas e integradas neste nível, as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta, potenciando a intervenção dos agentes locais, entregando aos Presidentes das Câmaras Municípios a responsabilidade política de coordenação e apoio ao funcionamento daquelas ações.

Segundo o PNDFCI, as Comissões Municipais de Defesa da Floresta (CMDF), apoiadas por Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) e pelos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) deverão desenvolver os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Estes documentos deverão ser executados pelas diferentes entidades envolvidas e pelos proprietários e outros produtores florestais, transferindo para o seu território de influência a concretização dos objetivos distritais, regionais e nacionais da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

1.2 - PROF – Dão Lafões

O Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão Lafões, regulado pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2006 de 18 de Julho, tem um período máximo de vigência de 20 anos, contados a partir da data da sua publicação (18-07-2006) e tem como objetivos gerais: a avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes; a definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal; a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados; a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.

Implicação para o Planeamento do PMDFCI

Sendo um instrumento sectorial de gestão territorial, o PROF - Dão Lafões assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais, sociais e institucionais, envolvendo os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, com vista a estabelecer uma estratégia consensual de gestão e utilização dos espaços florestais. Neste contexto, este instrumento de planeamento e de ordenamento florestal constitui uma parte importante da planificação do PMDFCI, o qual vai buscar as mais diversas informações presentes nesse documento.

Medidas de intervenção comuns

Segundo o PROF - Dão Lafões, o concelho de Aguiar da Beira encontra-se abrangido por duas sub-regiões homogéneas: Raia Norte e Floresta da Beira Alta(Figura 1), mas em toda a região de Dão Lafões serão adotadas as seguintes medidas de intervenção comum:

Obj.1 Diminuir o número de ignições de incêndios florestais.

Medida: Promover campanhas de sensibilização, junto da população local, para a prevenção de incêndios florestais.

Medida: Controlo da carga de combustível em locais de maior risco, como sejam todas as infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, aterros sanitários, parques industriais, parques de merendas e outros locais que se considerem potencialmente perigosos.

Medida: Aumentar o número de sapadores florestais e intensificar a sua acção em áreas consideradas de maior risco de incêndio.

Medida: Actualizar anualmente o planeamento regional de defesa da floresta contra incêndios, designadamente a informação associada à RDFCI, para apoio ao dispositivo de prevenção e combate

Obj.2 Diminuir a área queimada.

Medida: Reduzir a continuidade horizontal da vegetação de forma a garantir que não subsistam grandes manchas contínuas de vegetação e/ou biomassa de acordo com as normas estabelecidas para a defesa da floresta contra incêndios.

Medida: Aumentar a eficácia da detecção e da primeira intervenção em incêndios florestais.

Medida: Planear, executar e manter redes primária e secundária de faixas de redução de combustível

Obj.3 Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão.

Obj.3.1 Divulgar informação relevante para desenvolvimento da gestão florestal.

Medida: Manter actualizado e disponível para os gestores e proprietários florestais, um conjunto de informações relacionadas com os valores de mercado dos produtos florestais, os montantes associados aos custos de produção por sub-região e uma listagem das empresas e entidades do sector.

Obj.3.2 Realização do cadastro das propriedades florestais.

Medida: Implementação de um processo simplificado da actualização do cadastro.

Obj.3.3 Redução das áreas abandonadas. ,

Medida: Penalização efectiva das situações de não-realização de operações silvícolas mínimas previstas num Plano de Gestão Florestal ou nas acções de prevenção dos incêndios consagradas numa Zona de Intervenção Florestal.

Medida: Criar mecanismos que permitam a possibilidade do Estado assumir directa ou indirectamente a gestão de áreas abandonadas.

Medida: Criar formas de privilegiar a aquisição de terrenos confinantes, por parte de sociedades de gestão de fundos imobiliários florestais ou por proprietários florestais confinantes, desde que estes terrenos possam vir a ser integrados nos seus Planos de Gestão Florestal.

Obj.3.4 Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada.

Medida: Criar linhas de crédito bonificado para aquisição de terrenos pelos comproprietários ou herdeiros.

Medida: Criar direito de preferência na aquisição de terrenos com dimensão inferior à área mínima obrigatória para a existência de um Plano de Gestão Florestal para os proprietários confinantes

Medida: Apoio à constituição de agrupamentos de produtores conducentes a uma gestão única e profissional.

Medida: Acesso preferencial de apoios públicos para o conjunto de proprietários que se agregarem de forma a constituir uma exploração florestal com viabilidade económica. Medida: Apoiar a criação de fundos de investimento imobiliário florestal.

Obj.3.5 Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.

Medida: Criar manuais de silvicultura bem fundamentados e com uma linguagem acessível.

Medida: Promover acções de formação periódicas e convenientemente divulgadas, para proprietários, gestores e dirigentes associativos, que abranjam tanto uma componente de gestão dos espaços florestais como uma de comercialização de produtos finais.

Medida: Constituição de espaços florestais de demonstração de gestão florestal nas Florestas Modelo e de demonstração da gestão florestal sustentável.

Obj.4 Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais.

Medida: Estabelecer ensaios de proveniência e de condução de povoamentos florestais, que permitam o melhoramento ou a criação de modelos de silvicultura adequados às potencialidades silvícolas da região.

Medida: Desenvolver modelos de crescimento e produção para as principais espécies de árvores florestais da região.

Medida: Desenvolver sistemas de apoio à decisão para a gestão dos espaços florestais.

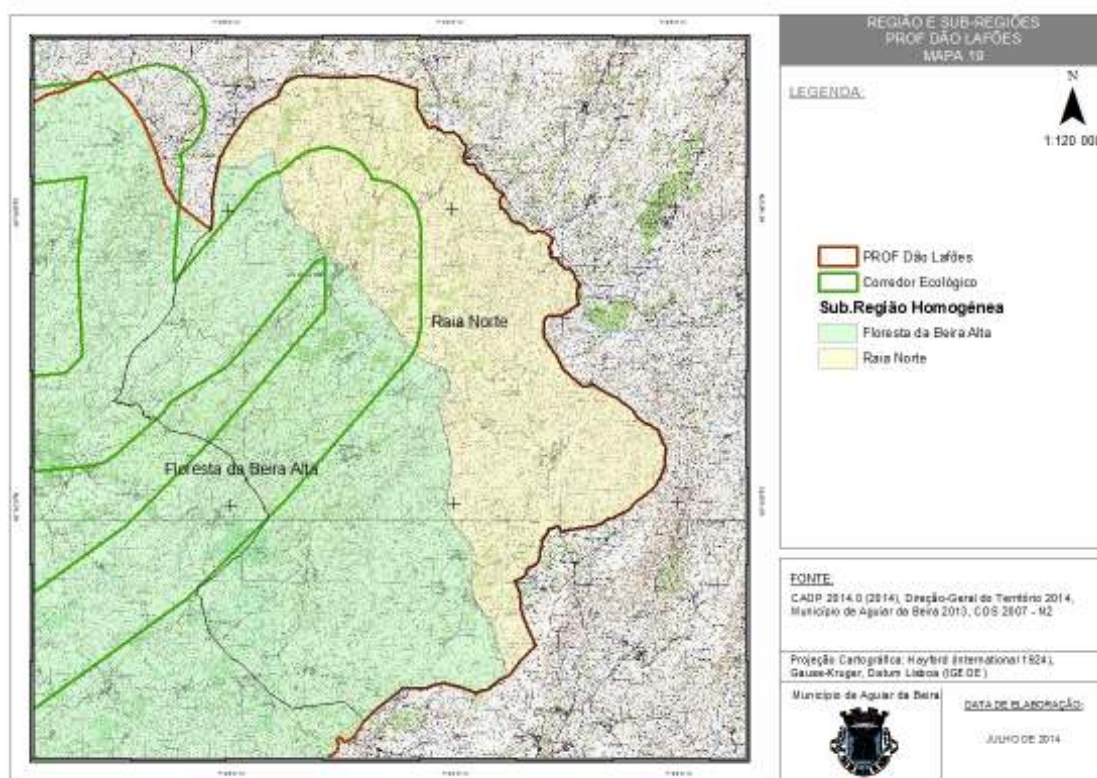
Obj.5 Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

Medida: Realizar periodicamente cartografia de ocupação dos espaços florestais.

Medida: Realizar periodicamente inventários florestais para a caracterização dos recursos.

Medida: Apoiar a realização de trabalhos de recolha de informação para o cálculo dos indicadores do plano.

Medida: Desenvolver um sistema de informação de monitorização do cumprimento das metas e objectivos previstos no plano.



Enquadramento das sub-regiões homogêneas no concelho de Aguiar da Beira

Sub-região Raia Norte

Os espaços florestais da sub-região da Raia Norte apresentam um grande potencial para o desenvolvimento das atividades da silvopastorícia, da caça e da pesca em águas interiores, mas tem também um bom potencial para produção lenhosa. O desenvolvimento destas potencialidades, pode e deve ser feito de forma integrada, tendo-se no entanto, de ter em conta medidas de proteção do solo nas cabeceiras das principais bacias hidrográficas e vertentes mais declivosas. A importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

1ª Função: Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

2ª Função: Proteção

3ª Função: Produção

A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos

Obj.1 Desenvolver a actividade silvopastoril.

Obj.1.1 Aumentar o nível de gestão dos recursos silvopastoris e o conhecimento sobre a actividade silvopastoril.

Medida: Incentivar a elaboração e a implementação de planos de gestão dos recursos silvopastoris (pastagens naturais, matos, frutos e ramagens).

Medida: Compilar a informação relativa aos efectivos pecuários de forma adequá-los à capacidade de carga dos recursos silvopastoris.

Obj.1.2 Integrar a actividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados mantendo e beneficiando as pastagens naturais de montanha.

Medida: Apoiar a adaptação dos sistemas de produção pastoris às necessidades do sistema de produção de produtos certificados como a carne de ovino de nome protegido.

Obj.2 Aumentar a actividade associada à caça.

Obj.2.1 Aumentar o conhecimento sobre o potencial cinegético da região.

Medida: Realizar estudos sobre a utilização de habitat e capacidade de suporte dos ecossistemas da região para as espécies cinegéticas mais importantes.

Obj.2.2 Aumentar o número de áreas com gestão efectiva, a rendibilidade da actividade cinegética e manter a integridade genética das espécies cinegéticas.

Medida: Apoiar as acções de gestão de habitat para promover a integração da caça noutras funcionalidades como o recreio, a silvicultura e a silvopastorícia.

Medida: Fiscalizar os repovoamentos com espécies cinegéticas bem como o cumprimento dos planos de gestão das zonas de caça.

Obj.2.3 Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça.

Medida: Apoiar acções de formação profissional em gestão cinegética.

Obj.3 Desenvolver a pesca nas águas interiores.

Obj.3.1 Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da actividade da pesca e ordenamento dos recursos piscícolas.

Medida: Inventariar os locais e as infra-estruturas com interesse para a pesca e população piscícola associadas.

Medida: Proceder a repovoamentos piscícolas, assegurando que para além das zonas concessionadas, as zonas que têm interesse para pesca sejam objecto de repovoamento e implementar um sistema de monitorização e de gestão das populações piscícolas.

Medida: Promover a instalação de passagens para peixes, a manutenção de caudais ecológicos e outras medidas mitigadoras dos impactes de obras hidráulicas.

Obj.3.2 Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infra-estruturas de apoio (ex. acessos e pontos de pesca) enquadradas com as do recreio e criar zonas concessionadas para a pesca.

Medida: Apoiar a criação de infra-estruturas de apoio à pesca e de zonas concessionadas para a pesca nos troços prioritários.

Obj.4 Recuperar áreas em situação de risco de erosão alto para médio e as de médio para baixo.

Medida: Delimitar perímetros de protecção máxima nas zonas de cabeceira das bacias hidrográficas.

Medida: Promover práticas silvícolas adequadas à recuperação e protecção do solo.

Medida: Apoiar a arborização e beneficiação do coberto vegetal nas zonas de maior risco com espécies adequadas ao controlo da erosão e ao fomento da pedogénese.

Obj.5 Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo.

Medida: Apoiar intervenções silvícolas que utilizem espécies com bom potencial produtivo.

Medida: Apoiar a diversificação de espécies florestais que correspondam à proporção do potencial produtivo na sub-região, através de arborizações e do aproveitamento da regeneração natural de espécies florestais de crescimento lento, nomeadamente de Quercíneas, adequando a composição florestal às outras funções dos espaços florestais.

Medida: Adaptar os modelos de silvicultura dos povoamentos florestais que conduzam a uma maior valorização dos produtos finais, aumentando nomeadamente a produtividade dos povoamentos florestais instalados, particularmente através do alargamento das revoluções ou da realização de desramações.

Obj.6 Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o mel, os cogumelos, a castanha e ervas aromáticas, condimentares e medicinais.

Medida: Desenvolver estudos sobre modelos silvícolas que optimizem, a exploração dos produtos florestais não-lenhosos.

Medida: Inventariar os locais com interesse para a produção de produtos não-lenhosos.

Medida: Apoiar a implementação de modelos de gestão dos espaços florestais que integrem a produção de produtos não-lenhosos.

As espécies arbóreas e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região são os constantes da seguinte tabela:

Espécie	Modelo de silvicultura	Localização
Carvalho-alvarinho	Povoamento puro de carvalho-alvarinho, para produção de lenho	A sul de Aguiar da Beira
Carvalho-negral	Povoamento puro de carvalho-negral, para a produção de lenho	Toda a sub-região
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de lenho Povoamento puro de castanheiro em talhadia, para produção de lenho Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de fruto	Toda a sub-região

Devem também ser privilegiadas as seguintes espécies: amieiro (*Alnus glutinosa*), azinheira (*Quercus rotundifolia*), carrasco (*Quercus coccifera*), cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*), cipreste-de-lawson (*Chamaecyparis lawsoniana*), cipreste-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*), freixo (*Fraxinus angustifolia*), medronheiro (*Arbutus unedo*), salgueiro (*Salix alba*), sobreiro (*Quercus suber*), tília (*Tilia platyphyllos*), zimbro (*Juniperus communis*) e plátano (*Platanus hispanico*).

Sub-região Floresta da Beira Alta

Os espaços florestais da sub-região homogénea Floresta da Beira Alta apresentam um elevado potencial produtivo lenhoso revelando igualmente potencialidades para o desenvolvimento de actividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem, com uma crescente procura por parte das populações dos centros urbanos mais próximos. O desenvolvimento destas potencialidades deve ser realizado de forma integrada tendo em conta questões como a protecção das margens, fixação de vertentes e cabeceiras de bacias.

A importância destas potencialidades e condicionantes reflecte-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

- f 1ª função: Produção
- f 2ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem
- f 3ª função: Protecção

Nesta sub-região não se podem descurar as manchas contínuas principalmente de pinheiro-bravo, cujo aumento ou manutenção de área devem ter em conta questões de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente no que diz respeito à descontinuidade de vegetação e carga de combustível. Todas estas questões devem ser abordadas de uma forma integrada conjugando as múltiplas funções dos espaços florestais que constituem esta sub-região e suas condicionantes.

A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

Obj.1 Aumentar a área arborizada dos espaços florestais e promover a sua recuperação através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo para a região.

Medida: Apoiar a arborização de espécies com elevado potencial produtivo na região, em especial folhosas de crescimento lento como o castanheiro, carvalhoalvarinho, carvalho-negral e carvalho-cerquinho, e apoiar o desenvolvimento da regeneração natural destas espécies.

Obj.10 Aumentar e adequar a totalidade dos espaços florestais ao uso para actividades de contemplação da paisagem, recreio e lazer ligadas à natureza.

Medida: Apoiar estudos de inventariação de estruturas de recreio necessárias bem como a avaliação do estado de conservação das já existentes.

Medida: Apoiar, nos locais adequados, a arborização de povoamentos de espécies atractivas aos utilizadores dos espaços florestais para valorização da paisagem e enquadramento das actividades recreio e lazer.

Medida: Criar, disponibilizar e manter actualizado um catálogo de paisagens e pontos de interesse para actividades de recreio e lazer nos espaços florestais da região, bem como de espécies animais e vegetais que encontram nesses espaços florestais abrigo e alimentação.

Obj.11 Proteger as vertentes dos rios Vouga, Dão, Mondego, e seus afluentes.

Medida: Delimitar perímetros de protecção nas zonas sensíveis à erosão.

Medida: Apoiar a arborização e beneficiação do coberto vegetal nas zonas de maior risco com espécies adequadas ao controlo da erosão e ao fomento da pedogénese.

Medida: Regularizar as práticas silvícolas e de mobilização do solo com vista à protecção do solo.

Obj.12 Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais.

Obj.4.1 Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da actividade da pesca.

Medida: Inventariar os locais e as infra-estruturas com interesse para a pesca e população piscícola associadas.

Obj.4.2 Aumentar e melhorar as infra-estruturas de suporte à actividade piscatória nas zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infra-estruturas de apoio.

Medida: Proceder a um levantamento do número, localização e estado das diversas infra-estruturas de apoio à pesca para identificar as zonas mais deficitárias destas estruturas.

Medida: Apoiar a construção de pontos de pesca, acessibilidades e outras infraestruturas de suporte à pesca.

Obj.13 Executar planos de gestão adequados nos espaços florestais sob gestão da administração pública tornando-os modelos a seguir pelos particulares.

Medida: Apoiar e monitorizar projetos a aplicar nos espaços florestais sob gestão pública, nomeadamente ações de investigação que envolvam recolha de dados, sua quantificação e análise.

Medida: Promover a arborização com espécies de folhosas de crescimento lento de elevado potencial produtivo (castanheiro, carvalho-negral, carvalho-cerquinho ou carvalho-alvarinho) e/ou reconversão com estas espécies de áreas com espécies de muito baixo potencial produtivo.

Medida: Produzir e divulgar informação (escrita e/ou formato digital) sobre os resultados obtidos através de projetos de investigação efetuados nestes espaços florestais.

As espécies arbóreas e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar nesta sub-região são os constantes da seguinte tabela:

Espécie	Modelo de silvicultura	Localização
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de lenho. Povoamento puro de castanheiro em talhadia, para produção de lenho. Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de fruto.	A sul de Viseu e nos concelhos de Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo, Aguiar da Beira e Mangualde. A sul de Castro Daire e sudoeste de São Pedro do Sul.
Carvalho-negral	Povoamento puro de carvalho-negral, para a produção de lenho	Toda a sub-região

Além das espécies de árvores florestais indicadas, são ainda de considerar nesta sub-região as seguintes espécies: Amieiro (*Alnus glutinosa*), Carvalho-americano (*Quercus rubra*). Bétula (*Betula celtiberica*), Cerejeira (*Prunus avium*), Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*), Cipreste-de-Lawson (*Chamaecyparis lawsoniana*), Cipreste-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*), Faia (*Fagus sylvatica*), Medronheiro (*Arbutus unedo*), Nogueira-preta (*Juglans nigra*), (*Pseudotsuga Pseudotsuga menziesii*) e Tília (*Tilia platyphyllos*)

Corredores ecológicos

O PROF-DL define também um conjunto de corredores ecológicos, que deverão contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal.

Estes corredores, enquanto “estruturas” essenciais para a manutenção da biodiversidade no território, dada a sua capacidade de promoverem o intercâmbio genético de populações dispersas e/ou com pouca ligação entre si, deverão ser objeto de tratamento específico no âmbito dos PGF.

1.3 - Os Planos de Gestão Florestal

São instrumentos de regulamentação espacial e temporal das intervenções de natureza cultural e/ou de exploração, com subordinação aos PROF da região na qual se localizam os respetivos prédios e às prescrições constantes da legislação florestal. Sujeitos a aprovação da Autoridade Florestal Nacional, estes planos visam a produção sustentada de bens ou serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica e com opções de natureza económica livre mente estabelecidas pelo titular.

Apesar de os PGF desempenharem um papel crucial no processo de melhoria e gestão dos espaços florestais por serem eles que operacionalizam e transferem para o terreno, as orientações estratégicas

contidas no PROF respetivo, não existe neste momento um PGF aprovado no concelho de Aguiar da Beira não obstante as Unidades de Gestão Florestal Baldias e ZIF's (Dornelas e Penaverde) existentes.

Implicação para o Planeamento do PMDFCI

A falta de PGF em diversas unidades implica uma maior ineficácia no conhecimento do território bem como perda de oportunidade nas ações de prevenção estrutural. Não obstante o facto de não existirem os planos, as diversas entidades estão sensibilizadas para a sua necessidade.

1.4 - Compatibilidade entre o PDM e o PMDFCI

De acordo com a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo os municípios são obrigados a assegurar a compatibilidade dos Planos Municipais, pelos quais são responsáveis ao nível da elaboração e aprovação, com os planos regionais de ordenamento do território e com os planos sectoriais.

Ao nível dos condicionalismos à edificação, o PDM de Aguiar da Beira assegura a proibição de construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas, nos terrenos classificados por este Plano com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, utilizando para isso a carta de perigosidade.

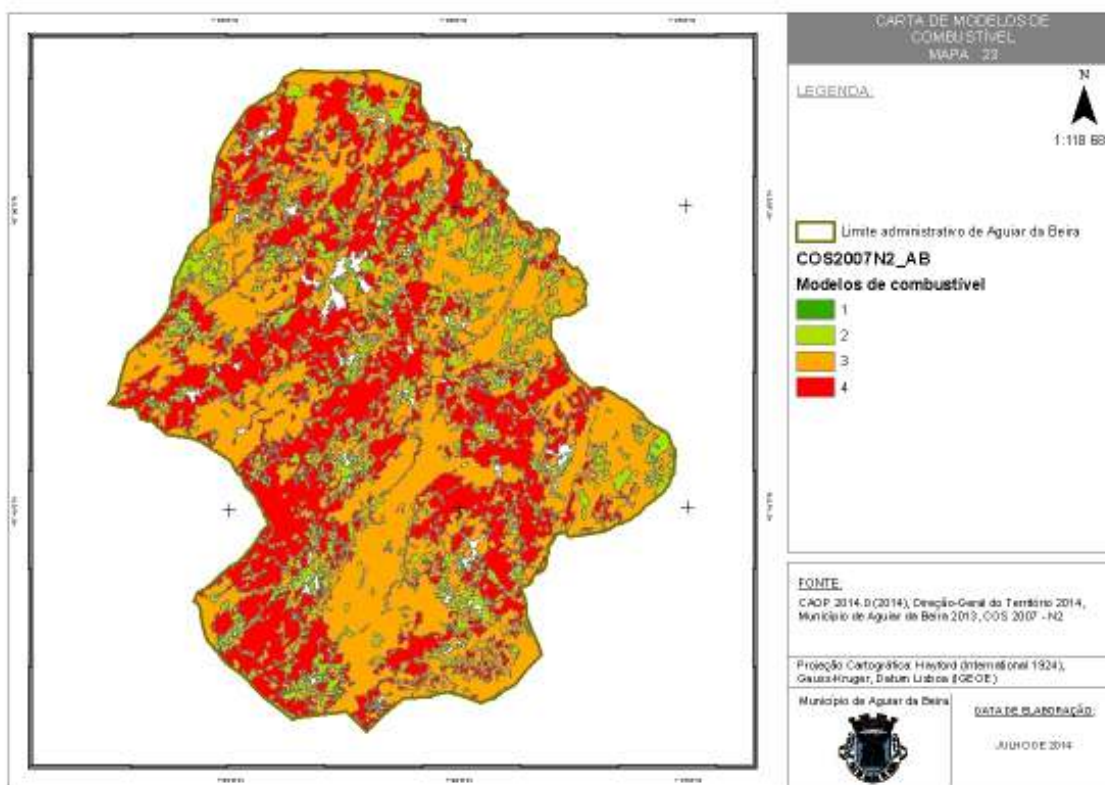
Relativamente aos terrenos localizados fora das áreas edificadas consolidadas, não Classificados por este Plano com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, deverão ser definidos condicionalismos à implantação de novas edificações para habitação, comércio, serviços e indústria. Neste contexto, são estabelecidos pela presente PMDFCI, as regras referentes a esses condicionalismos.

2 - ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E ZONAGEM DO TERRITÓRIO

2.1 - Carta dos Modelos de Combustíveis

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, nomeadamente dos Modelos de Combustíveis utilizada neste Plano, tiveram como base, seguiu a classificação constante no Apêndice 3 do Guia Técnico de Outubro de 2009.

Mapa de combustíveis



florestais

GRUPO	MODELO	DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.	Montado. Pastagens anuais ou perenes. Restolhos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.	Matrizes mato/herbáceas resultantes de fogo frequente (e.g. giestal). Formações lenhosas diversas (e.g. pinhais, zimbrais, montado). Plantações florestais em fase de instalação e nascedio.
	3	Pasto contínuo, espesso e (≥ 1 m) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.	Campos cerealíferos (antes da ceifa). Pastagens altas. Feteiras. Junciais.
Arbustivo	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.	Qualquer formação que inclua um estrato arbustivo e contínuo (horizontal e verticalmente), especialmente com % elevadas de combustível morto: carrascal, tojal, urzal, esteval, acacial. Formações arbóreas jovens e densas (fase de novedio) e não caducifólias.
	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.	Qualquer formação arbustiva jovem ou com pouco combustível morto. Sub-bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sub-lenhosa verde. Eucaliptal (> 4 anos de idade) com sub-bosque arbustivo baixo e disperso, cobrindo entre 1/3 e 1/2 da superfície
	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.	Situações de dominância arbustiva não enquadráveis nos modelos 4 e 5. Regeneração de Quercus pyrenaica (antes da queda da folha).
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que no outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.	
Manta morta	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.	Formações florestais ou pré-florestais sem sub-bosque: Quercus mediterrânicos, medronhal, vidoal, folhosas ripícolas, choupal, eucaliptal jovem, Pinus sylvestris, cupressal e restantes resinosas de agulha curta.
	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do Pinus pinaster, ou por folhas grandes e frisadas como as do Quercus pyrenaica, Castanea sativa, outras. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.	Formações florestais sem sub-bosque: pinhais (Pinus pinaster, P. pinea, P. nigra, P. radiata, P. halepensis), carvalhais (Quercus pyrenaica, Q. robur, Q. rubra) e castanheiro no Inverno, eucaliptal (> 4 anos de idade).

	10	Restos lenhosos originados naturalmente, incluindo lenha grossa caída como consequência de vendavais, pragas intensas ou excessiva maturação da massa, com presença de vegetação herbácea que cresce entre os restos lenhosos.	
Resíduos lenhosos	11	Resíduos ligeiros ($\varnothing < 7,5$ cm) recentes, de tratamentos silvícolas ou de aproveitamentos, formando uma capa pouco compacta de escassa altura (por volta de 30 cm). A folhada e o mato existentes ajudarão à propagação do fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.	Formações florestais sujeitas a operações de desramação e desbaste, selecção de toijas (eucaliptal), ou a cortes parciais ligeiros.
	12	Resíduos de exploração mais pesados do que no modelo 11, formando uma capa contínua de maior altura (até 60 cm). Mais de metade das folhas estão ainda presas aos ramos sem terem secado completamente. Não existem combustíveis vivos que influenciem no fogo. Os incêndios têm intensidades elevadas e podem originar fagulhas incandescentes.	Formações florestais sujeitas a desbaste ou corte parcial intensos, ou a corte raso.
	13	Grandes acumulações de resíduos de exploração grossos ($\varnothing < 7,5$ cm) e pesados, cobrindo todo o solo.	

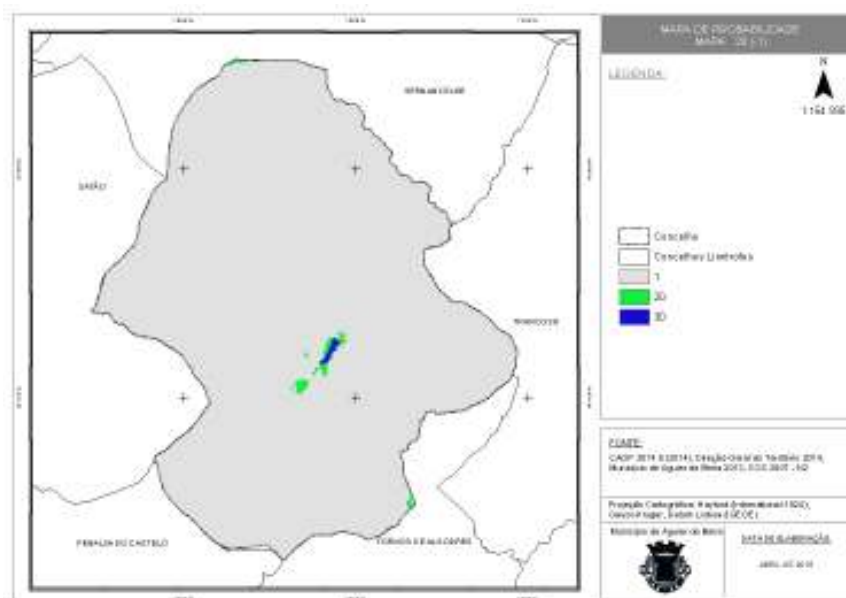
Descrição dos modelos de combustível

A Carta dos Modelos dos Combustíveis Florestais do Concelho de Aguiar da Beira, complementada pela informação do gráfico anterior, indica que o modelo de combustível predominante no Concelho é o Modelo 4 (60%), seguindo-se em termos de representatividade o Modelos 3 com respetivamente 30% da área. A predominância destes modelos no território, acrescida dos fenómenos tendenciais de abandono das áreas agrícolas faz crescer a possibilidade de desaparecimento das zonas de descontinuidade horizontal (zonas tampão) e potência de alguma forma, a ocorrência de incêndios com elevada velocidade de propagação e intensidade. Será assim aconselhável, a criação de políticas de sensibilização da população para o aproveitamento dos terrenos agrícolas “abandonáveis” e das manutenção das zonas ripícolas com introdução de espécies florestais, mais resilientes aos incêndios, nomeadamente folhosas.

2.2 - Cartografia de Risco de Incêndio Florestal;

2.2.1 - Perigosidade de Incêndios Florestal;

O Mapa de Perigosidade, parte integrante do Modelo de Risco de Incêndio Florestal adotado pela AFN, apresenta o potencial de um território para a ocorrência do “evento” incêndio florestal e é resultado da combinação da probabilidade e da suscetibilidade apresentadas pelo território. A produção do Mapa de Perigosidade, seguiu as diretrizes do Apêndice 4 do Guia Técnico de Abril de 2012, conforme a ilustração seguinte, e possibilita a identificação dos locais com maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude.



Probabilidade



Susceptibilidade

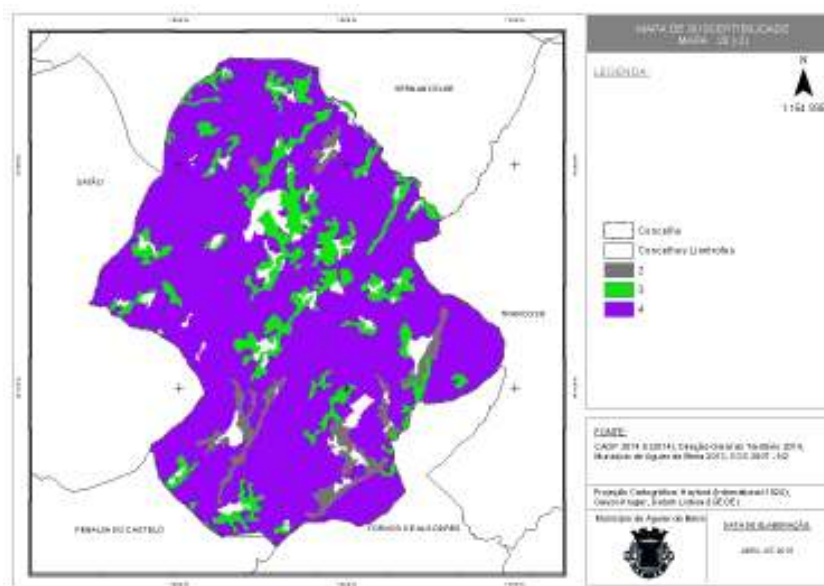
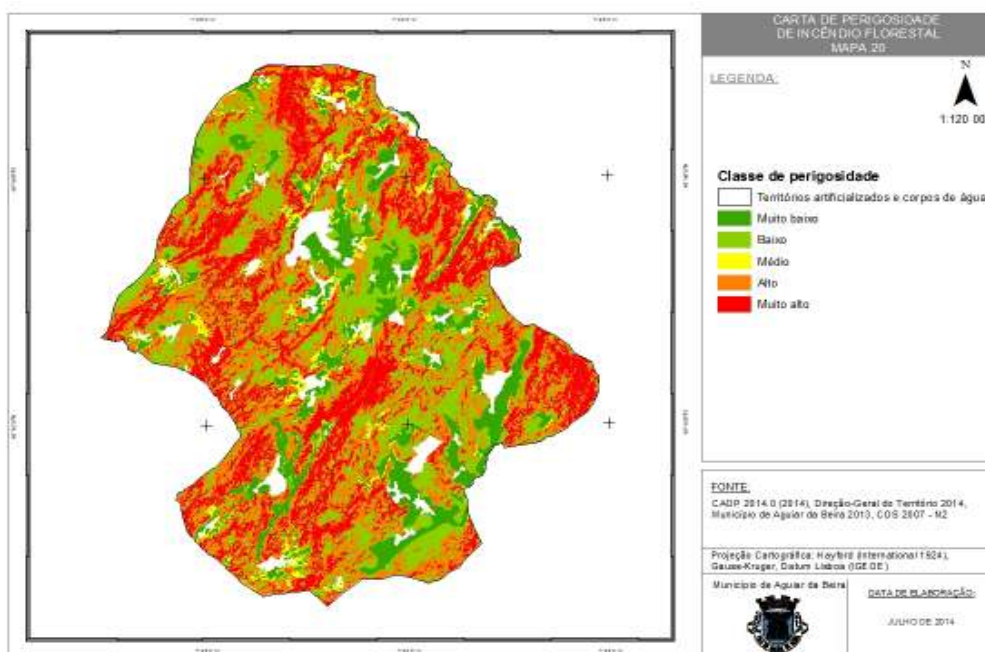


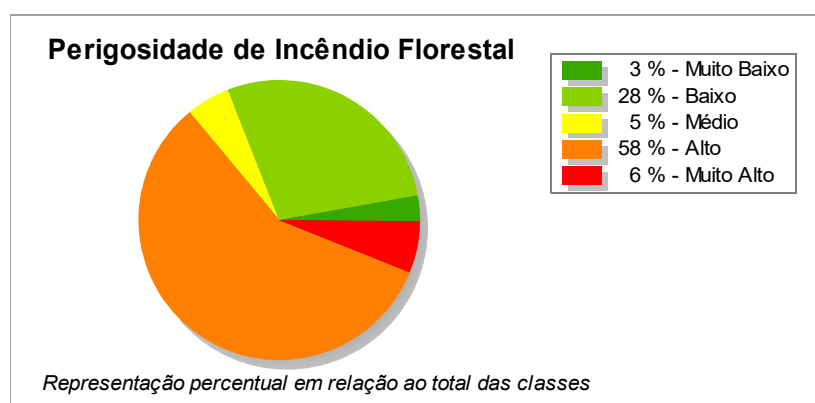
Diagrama de ações para cálculo da carta de perigosidade

Mapa de perigosidade de incêndios florestal



Carta de perigosidade de Incêndios

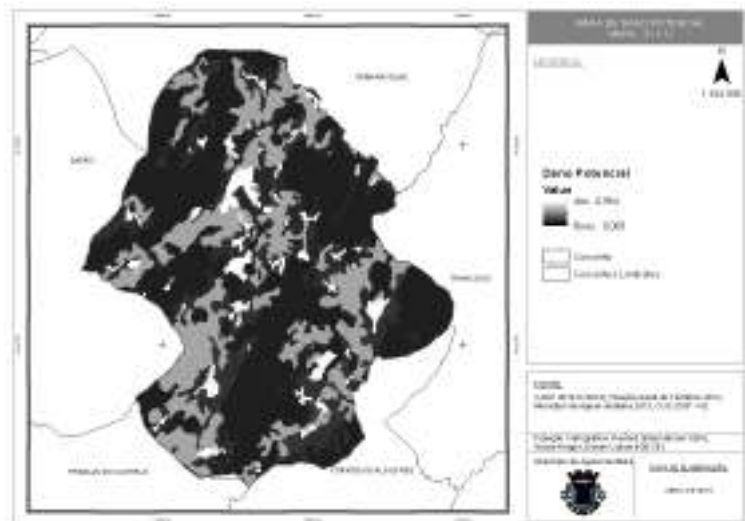
Distribuição das classes de perigosidade



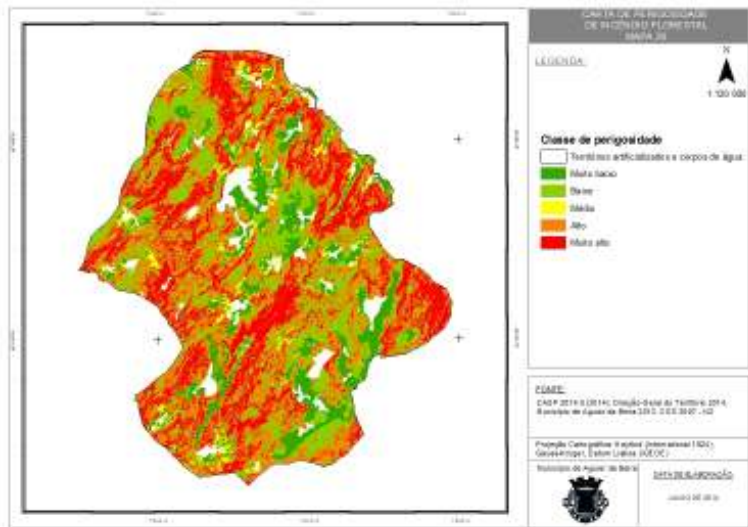
2.2.2 - Risco de Incêndio Florestal;

O outro elemento integrante do Modelo de Risco de Incêndio Florestal adotado pela AFN, é o Mapa de Risco de Incêndio Florestal. Este resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno.

Diagrama de cálculo do risco de incêndio florestal.

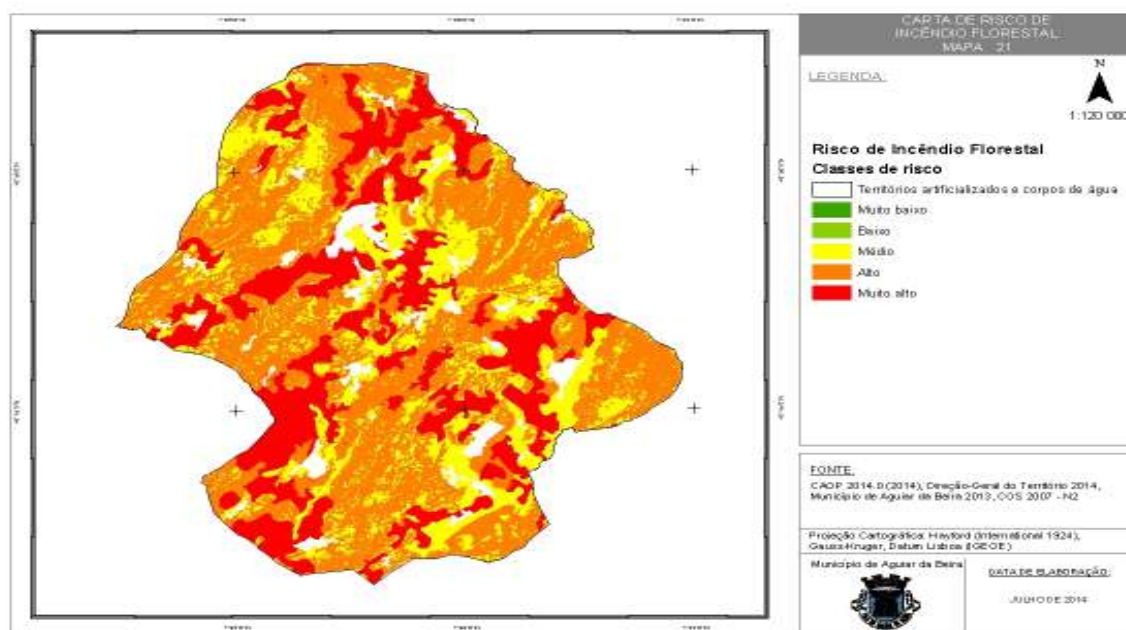


DANO POTENCIAL
X

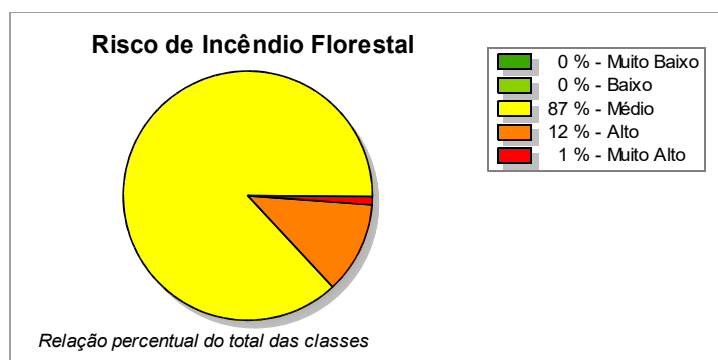


PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL
↓
RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

Carta de risco de Incêndio



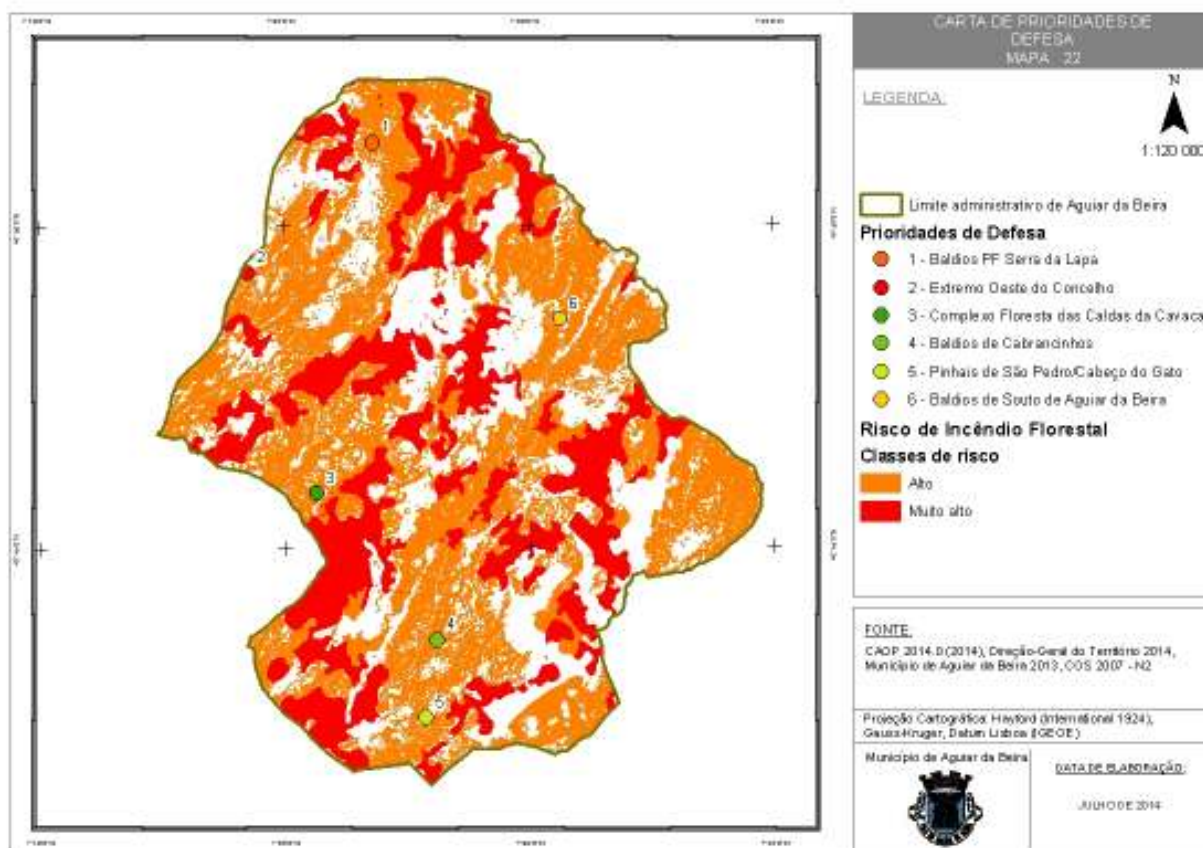
Florestal



Distribuição das classes de risco de incêndio florestal

2.3 - Mapa de Prioridades de Defesa

A cartografia de prioridades de defesa teve em consideração os polígonos de risco de incêndio florestal alto e muito alto, e de outros elementos com reconhecido valor ou interesse cultural, ecológico ou outro.



Mapa de prioridades de defesa

A vastidão de áreas florestadas de Aguiar da Beira, tornam todo o concelho em área de prioridade de defesa devido à continuidade de povoamentos que ligam o concelho em todos os vetores, mas também porque são zonas de elevado valor paisagístico, ecológico, albergue de diversas espécies florísticas e faunísticas - com elevado destaque para o míscaro amarelo. Não obstante o indicado, importa realçar alguns locais:

1 - Baldios do PF da Serra da Lapa- Zona de pinheiro bravo, de diversas idades. Importância económica, ecológica e de proteção.

2 - Extremo Oeste do Concelho – Faixa compreendida entre o território a sul de Fumadinha e o limite com Sátão (Quinta dos Cepos). Ecossistema diferenciado com presença de espécies importantes como pinheiro denso e produtivo, carvalho, esteva entre outras.

3 - Complexo florestal das Caldas da Cavaca- Outrora afetado por incêndio de grandes dimensões, apresenta diversas espécies florestais produtivas e de conservação, de elevada importância para a manutenção da qualidade das águas termais.

4 - Baldios de Cabrancinhos- Importância económica e social mas também, devido à escolhas das espécies mais resilientes, uma importante barreira à progressão de grandes incêndios sul-norte, protegendo assim Dornelas, Penaverde e Eirado e Carapito diretamente..

5 - Pinhais de São Pedro e Cabeço do Gato, Pinhais jovens, muito densos que representam grande importância económica e que se encontram perfeitamente integrados em zona de importância histórica e cultural.

6 - Baldios de Souto de Aguiar da Beira – Projeto com escolha de espécies diferenciadas e resilientes que está a auxiliar à recuperação de território outrora muito fustigado por grandes incêndios florestais.

3 - OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1 - Tipologia do concelho

A necessidade de classificar os concelhos do País em relação ao histórico de incêndios, e estratificar geograficamente o território de uma forma que se considera adequada para distinguir os grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo, levou a AFN a definir uma tipificação do território, na qual se pondera o número de ocorrências e a área ardida pela área florestal dos respetivos concelhos. Esta classificação enquadra quatro tipologias, demarcadas de acordo com os limiares de “pouco” e “muito”, definidos pela mediana do conjunto das ponderações do número de ocorrências e da área ardida em povoamentos e matos.

Deste modo, os municípios do território Continental podem ser divididos nas seguintes tipologias:

Poucas ocorrências e Pouca área ardida (T1)

Poucas ocorrências e Muita área ardida (T2)

Muitas ocorrências e Pouca área ardida (T3)

Muitas ocorrências e Muita área ardida (T4)

Assim, o concelho de Aguiar da Beira enquadra-se na Tipologia T3, que corresponde a uma realidade histórica de muitas ocorrências e pouca área ardida, apesar dos valores elevados de área ardida em 2003, 2005 e 2013. Esta classificação obriga desde logo, a esforços acrescidos na redução do número de ocorrências.

3.2 - Definição de objetivos e metas anuais do PMDFCI

Os objetivos e metas definidos para o concelho de Aguiar da Beira, refletem as metas e objetivos nacionais definidos no PND FCI.

Até 2017

Diminuição efetiva e significativa do número de ocorrências;

Ausência de incêndios com áreas superiores a 100 ha;

Redução da área ardida para menos de 100 ha/ano em 2017

1.ª Intervenção em menos de 10 minutos em 90% das ocorrências

Ausência de incêndios ativos com duração superior a 24 horas

Redução do número de reacendimentos para menos de 1% das ocorrências totais

Para além de 2017

Em 2018 verificar uma área ardida anual inferior a 0,5 % da superfície florestal constituída por povoamentos

Eliminação até 2018 do número de incêndios ativos com duração superior a 12 h

Diminuição para menos de 0,5 % do número de reacendimentos

O êxito dos objetivos e metas propostos está diretamente relacionado com o alcance de aplicação que este PMDFCI consiga ter, e mais concretamente, com o grau de sucesso obtido nas atividades preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PMDFCI, apresentados nos próximos capítulos.

De realçar neste âmbito, que a concretização das ações preconizadas neste Plano só será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da floresta sem esquecer que o fogo é um fenómeno que não pode nem deve ser totalmente eliminado dos ecossistemas florestais, que dele dependem para a manutenção do seu equilíbrio, a política de ordenamento florestal a adotar pelo concelho de Aguiar da Beira deverá integrar as estratégias adequadas, que permitam obstar ou diminuir os impactos produzidos pelos incêndios.

Assim, terão de ser tomadas medidas de proteção contra incêndios, que integrem cada vez mais ações de prevenção e que englobem os seguintes aspetos fundamentais:

1. Diminuição de continuidades verticais e horizontais de cargas de combustíveis.

1.1 Gestão da vegetação através de corte mecânico de matos

Preconiza-se a utilização de corta-matos, a atuar fundamentalmente nas áreas de matos e bordadura dos povoamentos, onde não seja possível a aplicação de fogo controlado. Os produtos resultantes do corte serão, sempre que possível, estilhaçados e deixados no terreno de forma a contribuir para o aumento do teor de matéria orgânica no solo e redução dos fenómenos erosivos.

1.2 Gestão da vegetação através de corte manual de matos

Preconiza-se a limpeza de matos, por faixas ou manchas de dimensão variável, em zonas com intensa regeneração natural de vegetação autóctone, linhas de água ou locais cujas características orográficas permitam a criação de áreas de contenção do fogo.

Conjunto de operações a desenvolver, em faixas de dimensão variável, ao longo dos caminhos que atravessam ou ladeiam os povoamentos, faixas que se entrepõem entre povoamentos e áreas agrícolas e/ou de matos onde a probabilidade de utilização de fogo como prática cultural é elevada.

2. Realização de ações de sensibilização e formação da população em geral, com especial destaque para as classes etárias mais jovens.

Para além das ações referidas relativas à gestão da vegetação, é importante a aposta na formação cívica da população.

Adequar a gestão dos espaços florestais à necessidade de conservação dos habitats de fauna e flora classificados, através da sensibilização dos produtores florestais para a sua importância e aproveitar as diversas oportunidades existentes na área das ações de formação para aumentar a especialização e o conhecimento daqueles que desenvolvem o seu trabalho em atividades relacionadas com a floresta, deve ser uma prioridade.

3. Investigação das principais causas e fatores que contribuem para a ocorrência de incêndios.

4. Estudo e aplicação das técnicas de gestão de combustíveis que melhor se adequam às características e condicionalismos do concelho.

Introdução de gestão da vegetação através de fogo controlado:

Consiste na eliminação, através do fogo, da parte aérea dos matos de forma a criar áreas de dimensão variável, dominadas predominantemente por gramíneas e/ou arbustos. Esta técnica é aplicada em áreas de matos e/ou sub-coberto de resinosas, pretendendo-se, simultaneamente, criar áreas de pastoreio e quebrar a continuidade vertical e horizontal dos combustíveis. O concelho de Aguiar da Beira tem possibilidade de promover e apoiar a prática de fogo controlado por forma a tornar mais eficiente o controlo de vegetação espontânea, quer em zonas de elevada carga térmica sem povoamentos, quer em zonas de povoamentos adultos.

5. Construção e beneficiação dos pontos de água.

Uma vez realizado o levantamento, caracterização e validação dos pontos de água distribuídos pelo concelho, existe a necessidade de ser comprovado o seu estado de conservação antes da época crítica dos incêndios. O acesso deverá ser fácil e rápido e o seu funcionamento deverão ser autónomos.

4 - EIXOS ESTRATÉGICOS;

Com a integração e compatibilização deste plano com os instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o plano nacional de defesa da floresta contra incêndios, o plano regional de ordenamento florestal de Dão Lafões (e o plano distrital defesa da floresta contra incêndios) e o plano diretor municipal, é possível assim definir os objetivos estratégicos deste plano para os próximos 5 anos, onde se pretende desenvolver todas as ações que assentam na política municipal de defesa da floresta contra incêndios.

Define-se claramente quais as metas a atingir e, qual deverá ser o papel dos vários intervenientes na defesa da floresta local contra os incêndios, de forma a funcionarem coordenadamente, de modo a maximizar a sua eficácia.

Como tal, os objetivos deste plano enquadram-se nos cinco eixos de atuação assentes no plano nacional de defesa da floresta contra incêndios, e que são:

1. ° Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
2. ° Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios;
3. ° Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
4. ° Eixo Estratégico: Recuperação e reabilitação de ecossistemas;
5. ° Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

4.1 – 1.º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;

Este eixo estratégico está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios

4.1.1.1 Redes de Faixas de Gestão de Combustíveis (FGC) e Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustíveis (MPGC)

Este eixo dá resposta ao artigo 15º do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de Junho, (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro) definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatória a gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes e se operacionaliza, ao nível municipal, as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

Para definir as metas para as ações que consubstanciam o eixo estratégico –“Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais”, teve-se em conta a informação base relativa à caracterização física, caracterização da população, caracterização do uso do solo e zonas especiais, análise do histórico dos incêndios (Caderno I) e também às cartas de combustíveis, de risco de incêndio e de prioridades de defesa (Caderno II).

As faixas de gestão de combustíveis que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível conforme estabelecido no Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º

17/2009, de 14 de Janeiro), cumprem assim um importante papel na prevenção de incêndios. Estas FGC definem um conjunto de funções básicas de compartimentação de manchas florestais, cujos objetivos são diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios e facilitar o combate/intervenção (in) direto na frente de fogo ou nos seus flancos.

Na RFGC delimitada no PMDFCI, os responsáveis pelas mesmas são obrigados à sua execução de acordo com os critérios para a gestão de combustíveis no âmbito das redes secundárias de gestão de combustíveis definidos no Anexo ao DL 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL 17/2009, de 14 de janeiro, cumprindo com a calendarização prevista no PDMFCI. A execução das FGC de proteção a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, deverá ser realizada sempre que se verifique o incumprimento dos critérios referidos.

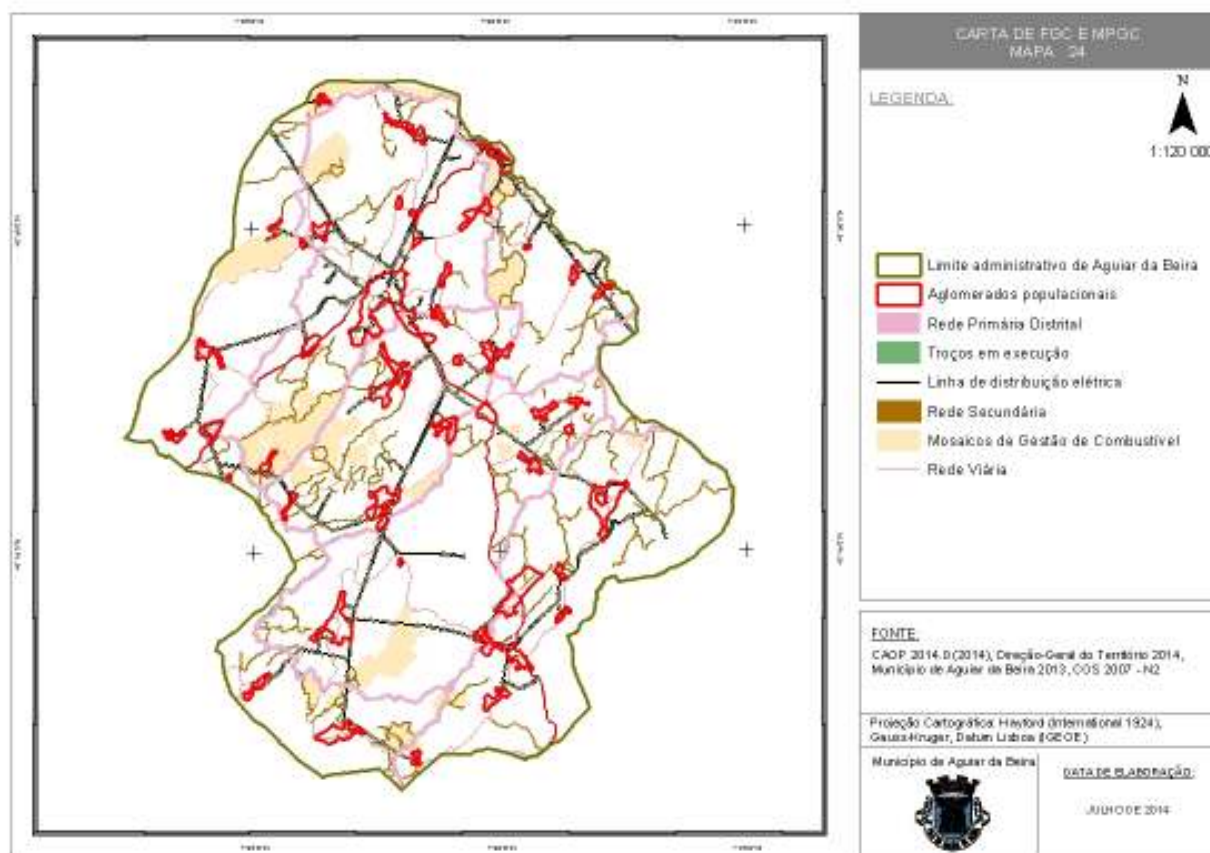
Nas envolventes aos aglomerados populacionais, definidos segundo a alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL n.º 17/2009, de

14 de junho, foi delimitada uma faixa de gestão de 100 m. A execução destas faixas é da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título detenham os terrenos inseridos na faixa referida.

Pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica, a gestão do combustível correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de 10 m para cada um dos lados no caso de linhas em alta tensão, e de 7 m para cada um dos lados no caso de linhas em média tensão. A execução destas faixas é da responsabilidade da entidade gestora das referidas linhas elétricas.

Nos parques de campismo, infraestruturas e equipamentos florestais de recreio, parques e polígonos industriais e aterros sanitários, inseridos ou confinantes com espaços florestais, foi delimitada uma faixa de gestão de 100 metros. A execução destas faixas é da responsabilidade das respetivas entidades gestoras.

Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, possuam ou detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50 m à volta daquelas edificações, ainda que não estejam delimitadas na Carta da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios deste Plano.



Mapa da rede de FGC e MPGC

As operações silvícolas devem concentrar-se na redução da carga combustível com vista à compartimentação do espaço florestal e à proteção de pessoas e bens; Dado as RFGC serem desenvolvidas com base nas infra-estruturas já existentes, optou-se por selecionar aquelas que se revestem de prioridade no que diz respeito à proteção da população e da floresta.

Com a aplicação total do preconizado neste PMDFCI, em 5 anos, serão intervencionados, de forma faseada, 38,72% da área do concelho.

Novas edificações no espaço florestal ou rural

Para efeitos do nº 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 17/2009 de 14 de Janeiro, apresentam-se em seguida, as regras e condicionalismos à edificação, para vigorarem na área do Concelho de Aguiar da Beira durante a vigência do presente plano.

Faixa de proteção

a) As novas edificações em espaço florestal¹ têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, a qual, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;

b) Noutros espaços rurais que não os espaços florestais, poderão ser admitidas distâncias inferiores às extremas da propriedade, até a um mínimo de 25 m, desde que seja assegurada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta², matos³ e pastagens espontâneas⁴) e sejam tomadas medidas

adicionais no que se refere à disponibilidade de meios complementares de combate a incêndios, gestão do combustível na respetiva faixa de proteção e acessos;

c) No caso de novas construções a edificar em parcelas de terreno legalmente constituídas e já rodeadas por construções existentes, em que se verifique sobreposição de faixas de proteção, podem as mesmas ser licenciadas com distâncias inferiores às atrás especificadas, desde que devidamente justificado em projeto, e seja salvaguardado o cumprimento dos alinhamentos existentes.

d) Para efeitos do disposto na alínea c), sempre que a nova edificação se encontre em espaço florestal deverá ser garantida uma faixa de proteção de 50m a partir do edificado, ou 25m, no caso de a edificação se localizar em espaço rural, distâncias aplicáveis à continuidade com o espaço florestal ou rural adjacente, sendo que, no caso de existirem edificações adjacentes, a garantia da faixa de proteção de 50 ou 25 metros aplicar-se-á por complementaridade das faixas de cada uma das edificações.

e) Para efeitos da contabilização das distâncias referidas nas alíneas b) c) e d), poderão ser, excecionalmente, considerados espaços exteriores à propriedade, designadamente redes viárias de carácter nacional, municipal e arruamentos urbanos, ou quaisquer outros espaços públicos, tais como largos ou praças pavimentados com características construtivas suscetíveis de serem impeditivas da normal progressão do fogo, os quais deverão ser referenciados e caracterizados nos elementos instrutórios dos pedidos de licenciamento de obras de edificação, designadamente levantamentos topográficos, plantas de implantação e memórias descritivas;

f) Para efeitos das disposições do presente PMDFCI, por “novas edificações nos espaços florestais e rurais” devem entender-se apenas aquelas que, comprovadamente, foram construídas de raiz, ou, no caso de construções pré-existentis, objeto de “obras de ampliação” em que se verifica, ou verificou, aumento da “área de implantação”, posteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro, e, cumulativamente, cumprem as demais regras aplicáveis em matéria urbanística, designadamente as constantes no Plano Diretor Municipal e Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

1 Espaços Florestais – Terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas segundo os critérios definidos no Inventário Florestal.

2 Floresta - Terreno onde se verifica a presença de árvores florestais que tenham atingido, ou que pelas suas características ou forma de exploração venham a atingir, uma altura superior a 5 m e cujo grau de coberto seja maior ou igual a 10%;

3 Matos, incluindo formações vegetais espontâneas – Terreno onde se verifica a ocorrência de vegetação espontânea composta por matos ou por formações arbustivas com mais de 25% de coberto e altura superior a 50 cm. As árvores eventualmente presentes têm sempre um grau de coberto inferior a 10% podendo estar dispersas, constituindo bosquetes ou alinhamentos.

4 Pastagens – Terreno ocupado com vegetação predominantemente herbácea espontânea, destinada a pastoreio *in situ*, mas que acessoriamente pode ser cortada em determinados períodos do ano.

Meios complementares de combate a incêndios e gestão do combustível na faixa de proteção e respetivos acessos (não aplicável a RPGC e RPA)

Meios complementares de combate a incêndios

a) Nas imediações dos edifícios deve existir disponibilidade de água para abastecimento dos veículos de socorro durante o período crítico de incêndios.

b) O ponto de água deve possuir uma capacidade mínima de 30 m³ de água utilizável, boca de descarga e permitir a entrada de instrumentos de bombagem.

Gestão do combustível na faixa de proteção

a) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo;

b) Deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a edificação e o limite externo da faixa;

c) As copas das árvores e arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício;

- d) Não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobranes de exploração florestal ou agrícola, bem como outras substâncias altamente inflamáveis;
- e) Previamente ao início dos trabalhos referente a qualquer obra de edificação, deverão ser adotados os procedimentos necessários à gestão do combustível na faixa de proteção, de forma a permitir que, desde o início da obra, esteja salvaguardado o disposto nas alíneas anteriores.

Acessos

Os edifícios e os recintos devem ser servidos por vias de acesso adequadas a veículos de socorro em caso de incêndio, as quais, mesmo que estejam em domínio privado, devem possuir ligação permanente à rede viária pública

As regras e condicionalismos à edificação supra-identificados, não isentam o cumprimento das demais disposições aplicáveis em matéria de segurança contra incêndios, designadamente no que se refere ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

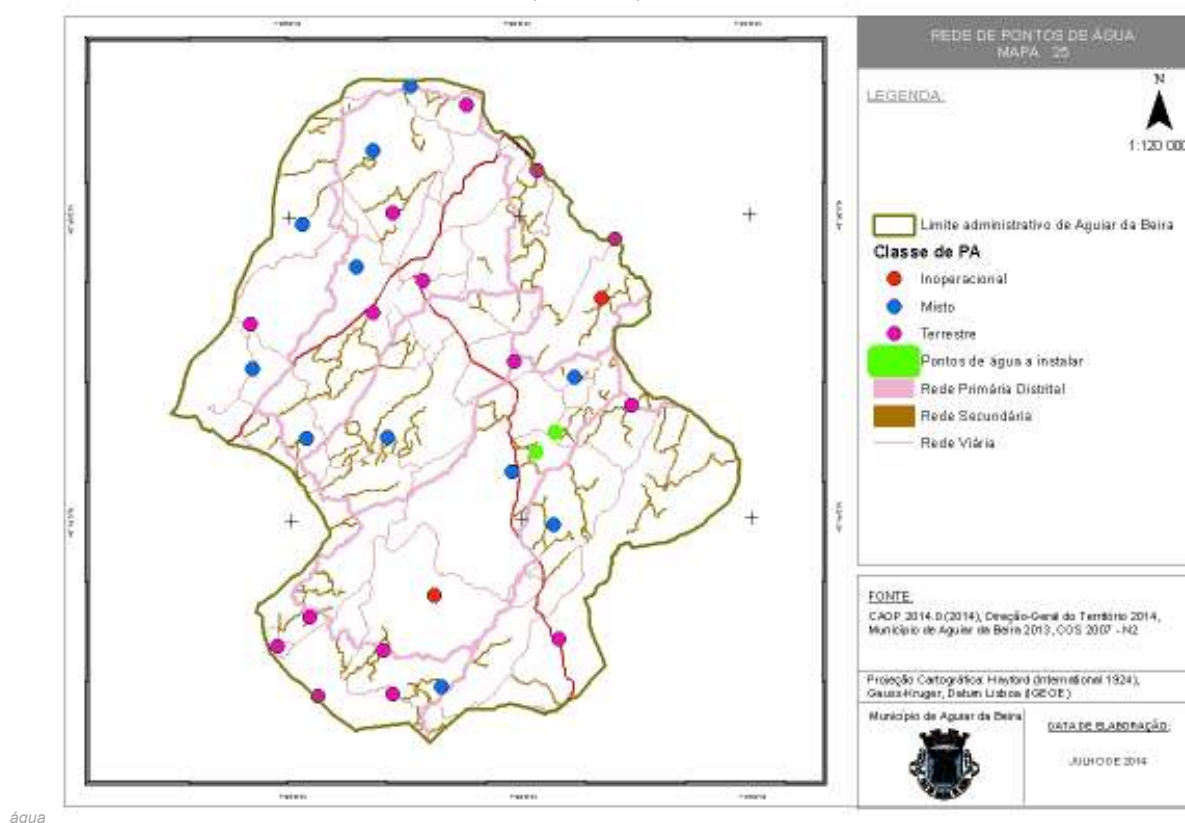
4.1.2 Rede de Pontos de Água

Os pontos de água têm de estar em condições de poder garantir o reabastecimento dos equipamentos de combate às chamas; A sua distribuição por todo o concelho tem de ser a mais homogênea possível, estando facilmente acessível por parte dos meios;

No concelho, existe um considerável número de pontos de água, razoavelmente bem distribuídos pelo território;

As características orográficas e as acessibilidades, devem no entanto conduzir e promover à ponderação de aumentar o seu número na classe 1 de pontos de abastecimento aéreo.

Mapa da rede de pontos de



água

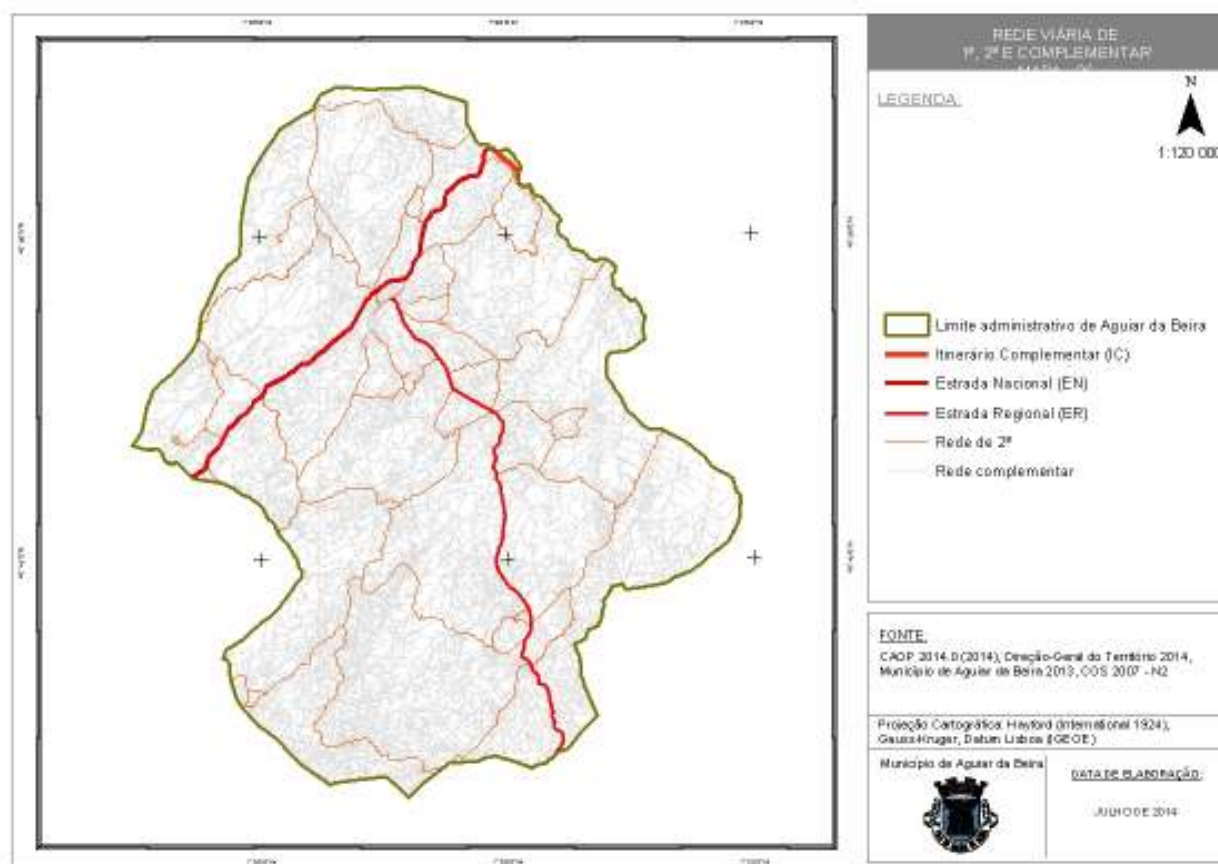
4. 1.3. Rede viária florestal (RVF)

Para uma proteção e luta contra incêndios eficaz, é imperativo que os povoamentos florestais estejam servidos com uma rede viária apta a assegurar:

- ☐ A circulação de patrulhas móveis, em funções de vigilância ou ataque inicial de incêndios;
- ☐ O acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndio;
- ☐ A constituição de linhas de luta sobre as quais os veículos de combate poderão tomar posição no combate;
- ☐ O acesso a pontos de água.

A rede viária florestal do município é, em alguns quadrantes, demasiado extensa e abrangente enquanto na restante área tem défice de travessias, principalmente na direção E<=>W, na sua grande maioria, constituída por rede complementar adequada aos veículos utilizados na gestão florestal e no combate aos incêndios. Salienta-se no entanto que cerca de 40% destas estruturas, está a necessitar de arranjo ou mesmo viabilização.

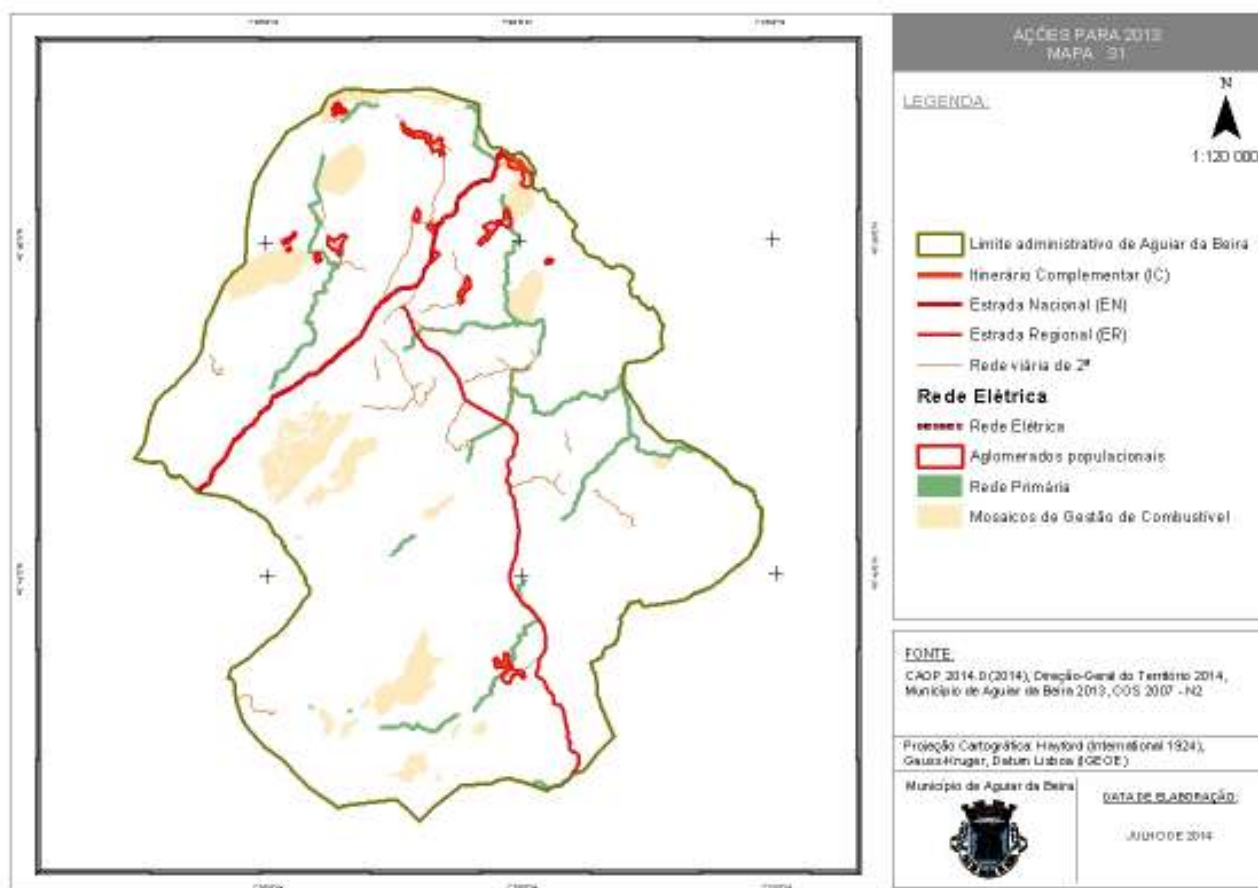
Os invernos rigorosos, associados ao tipo de solo, declives e mesmo, por vezes, falta de uso e ainda à falta de valetas adequadas ao escoamento das águas pluviais, fazem com que se verifique uma rápida erosão e deterioração em muitos dos caminhos representados; Assim, não havendo capacidade para manter operacional toda a rede viária, deverão ser intervencionadas regularmente as estradas prioritárias do ponto de vista da DFCI;



Mapa de rede viária~

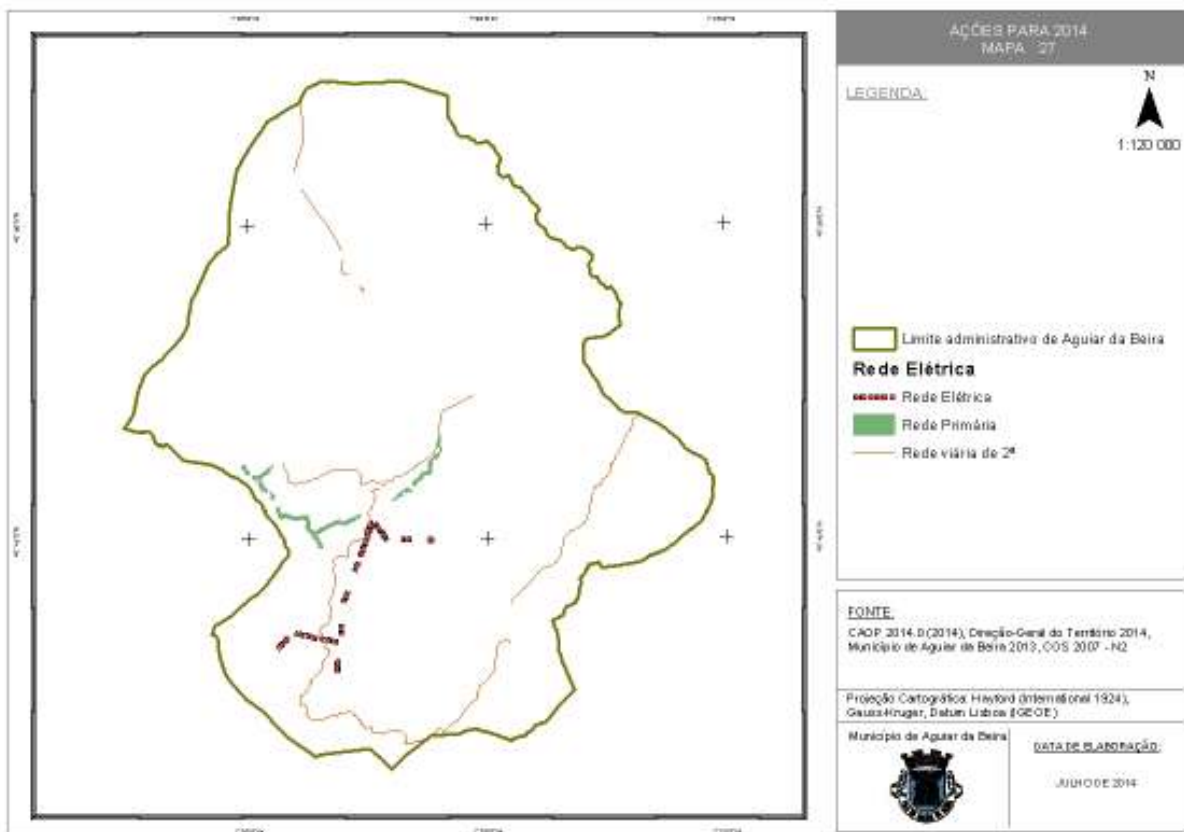
4.1.4 Silvicultura no âmbito DFCI 2014

Durante o ano 2014 foram efetuados 155 ha de silvicultura nos quais se incluem a elaboração de rede primária bem com a intervenção em povoamentos e manutenção de infraestruturas de salvaguarda da floresta.



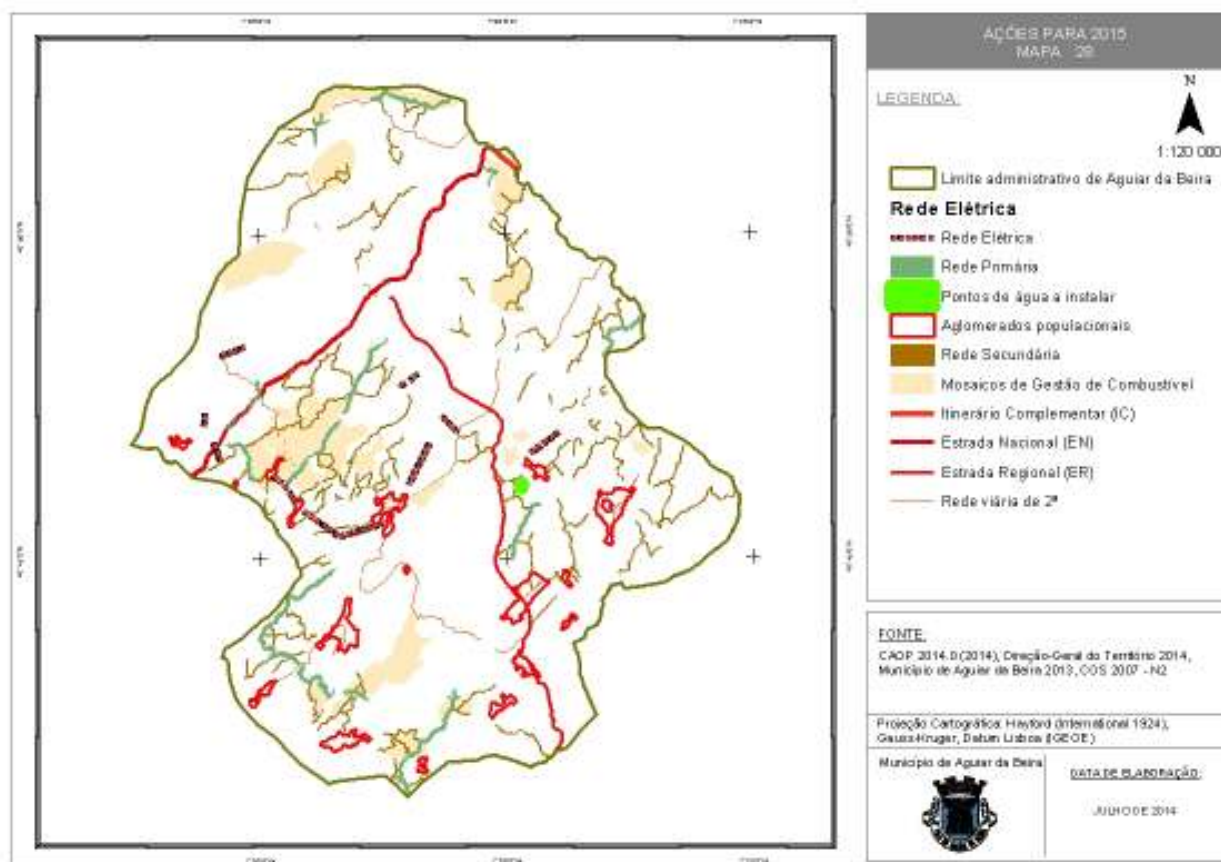
Mapa de intervenções para o ano 1

4.1.2.2 Planeamento das Ações Ano 2



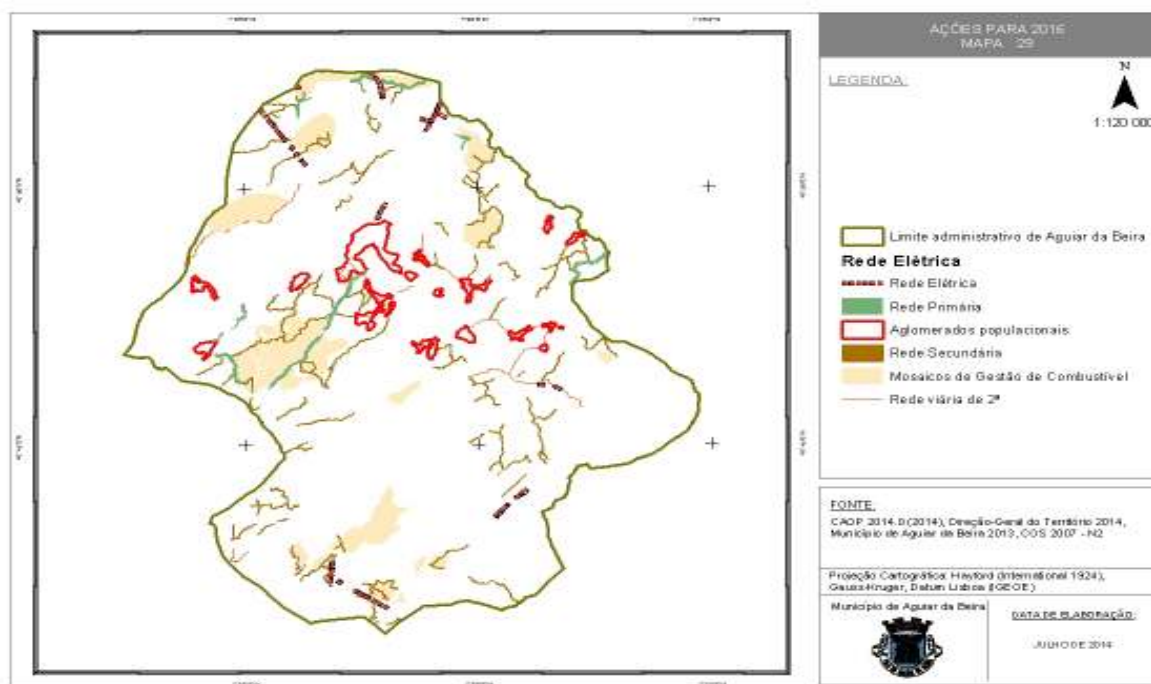
Mapa de intervenções para o ano 2

4.1.2.3 Planeamento das Ações Ano 3



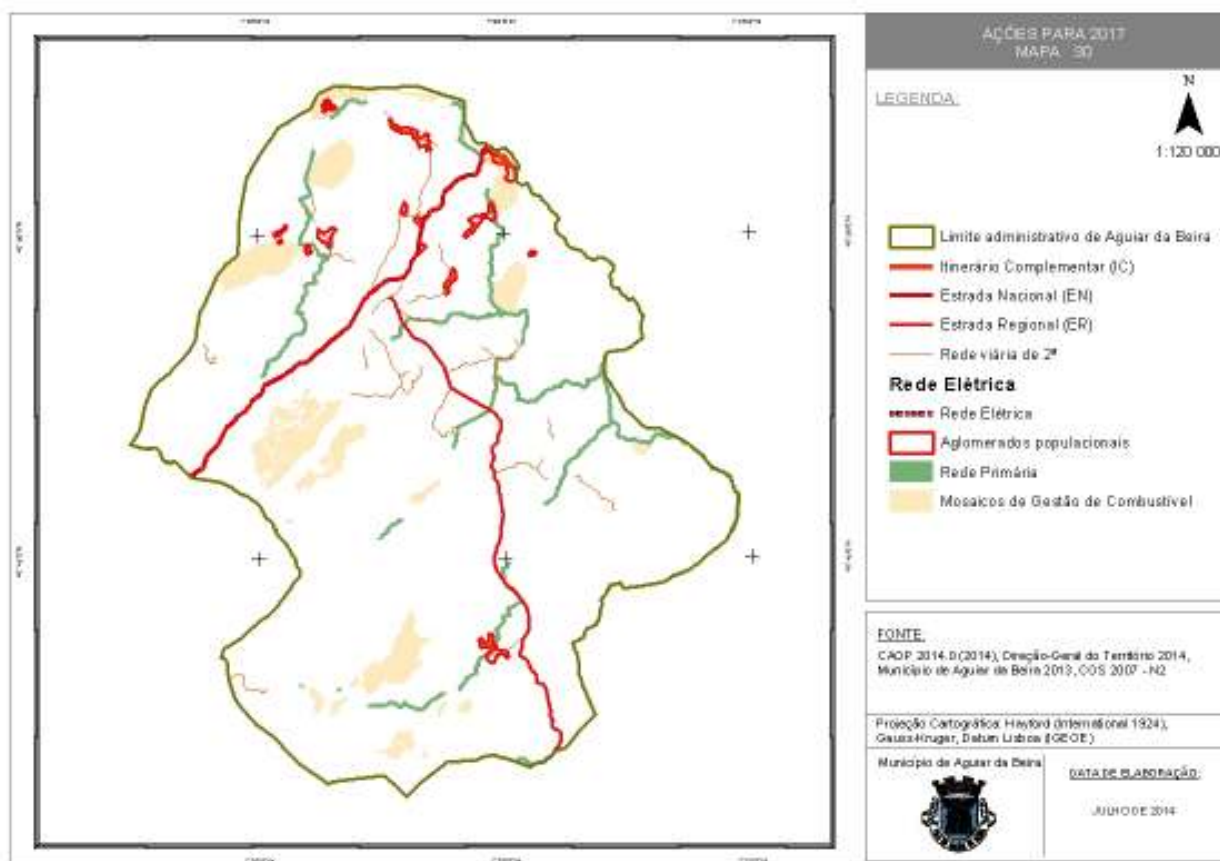
Mapa de intervenções para o ano 3

4.1.2.4 Planeamento das Ações Ano 4



Mapa de intervenções para o ano 4

4.1.2.5 Planeamento das Ações Ano 5



Mapa de intervenções para o ano 5

Para serem alcançados os objetivos traçados no PMDFCI e cumpridas as exigências legais relativas à DFCl, terá de haver um esforço conjunto por parte das entidades públicas e privadas, assim como dos proprietários particulares;

Demonstrada que está a necessidade de preservação dos valores existentes no concelho e a proteção de pessoas e bens, só com uma forte articulação e disponibilidade dos recursos disponíveis se conseguirá intervir no território e incrementar a probabilidade de sucesso nas operações de emergência.

Os Quadros Comunitários de Apoio e outros instrumentos de financiamento deverão ser bem aproveitados para fazer face aos custos com os meios humanos e materiais necessários à execução das ações previstas; Também os orçamentos próprios de cada entidade pública e particular deverão acautelar as intervenções aqui propostas.

Indicadores e orçamentos

Para o controlo de densidades excessivas e outras operações mistas de silvicultura preventiva (manuais e mecânicas), em condições de trabalho inerentes às características do concelho, foi considerado o valor de €1150.80/ha, de acordo com as matrizes de beneficiação estabelecidas pela CAOF (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais), referentes ao ano de 2013;

Considerou-se o valor de €100/ha para a execução de operações de fogo controlado; Utilizou-se o valor de €2000/km para o cálculo orçamental da beneficiação da rede

Viária e de €4000/km para a construção de rede viária, de acordo com as matrizes de beneficiação estabelecidas pela CAOF (Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais), referentes ao ano de 2013;

No seguimento das orientações expressas no PROF - Dão Lafões, no qual é definida a densidade preferencial da Rede Viária: 10 a 20m/ha, e a densidade das massas de água acessíveis a operações DFCl: 600m³/1000ha, verifica-se que o concelho cumpre estas especificações: 57 m/ha para a Rede Viária; 1800m³/1000ha para os Pontos de Água;

A delimitação da Rede Primária cumpre claramente a especificação expressa no Artº 18 do DL n.º 124/2006, de 28 de Junho, que define que estas redes estabeleçam, preferencialmente, uma compartimentação do território na ordem dos 500ha a 10 000ha. Esta compartimentação será conseguida quando concluído o traçado que emanou da CDDF. Para execução dos diversos parâmetros de FGC e operacionalização, estão previstos os seguintes investimentos:

Ano	Rubrica	Valor	Responsável
1º	equalização de Galerias ripícola	112.000,00 €	Município / Castanea sativa
	Rede Primária	17.500,00 €	SF 14-165/APFSLD/ICNF
	Rede Secundária		EP
2º	Rede Primária	17.500,00 €	SF 14-165/APFSLD/ICNF
	Rede Primária	37.400,00 €	Município / Castanea sativa
	Rede Secundária/Mosaicos	12.500,00 €	Município / APFSLD
3º	Rede Primária	125.000,00 €	Município / Castanea sativa
	Rede Secundária/Mosaicos	12.500,00 €	Município / APFSLD
	Pontos de Água	50.000,00 €	Freguesia do Eirado
	Rede Secundária	70.000,00 €	Freguesia de Cortiçada
4º	Rede Primária	125.000,00 €	Município / Castanea sativa
	Rede Secundária/Mosaicos	12.500,00 €	Município / APFSLD
	Rede Secundária	70.000,00 €	Freguesia do Eirado
	Rede Secundária	70.000,00 €	Freguesia de Carapito
	Mosaicos	150.000,00 €	Freguesia de Cortiçada
	Mosaicos	150.000,00 €	Freguesia do Eirado
5º	Rede Primária	17.500,00 €	SF 14-165/APFSLD/ICNF
	Rede Secundária		EP
	Rede Secundária/Mosaicos	12.500,00 €	Município / APFSLD
	Mosaicos	40.000,00 €	Baldios de Gradiz

4.2 - 2.º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios;

A ocorrência de fogos, ignições é um fenómeno que em Portugal se deve essencialmente a intervenção humana, seja esta intencional ou resultante de atos negligentes, uma vez que os fogos resultantes de causas naturais são inferiores a 5%. Desta forma, a estratégia para a redução do número de ignições passa pela alteração de padrões comportamentais. As campanhas de sensibilização são assim um meio essencial para o controlo dos incêndios florestais.

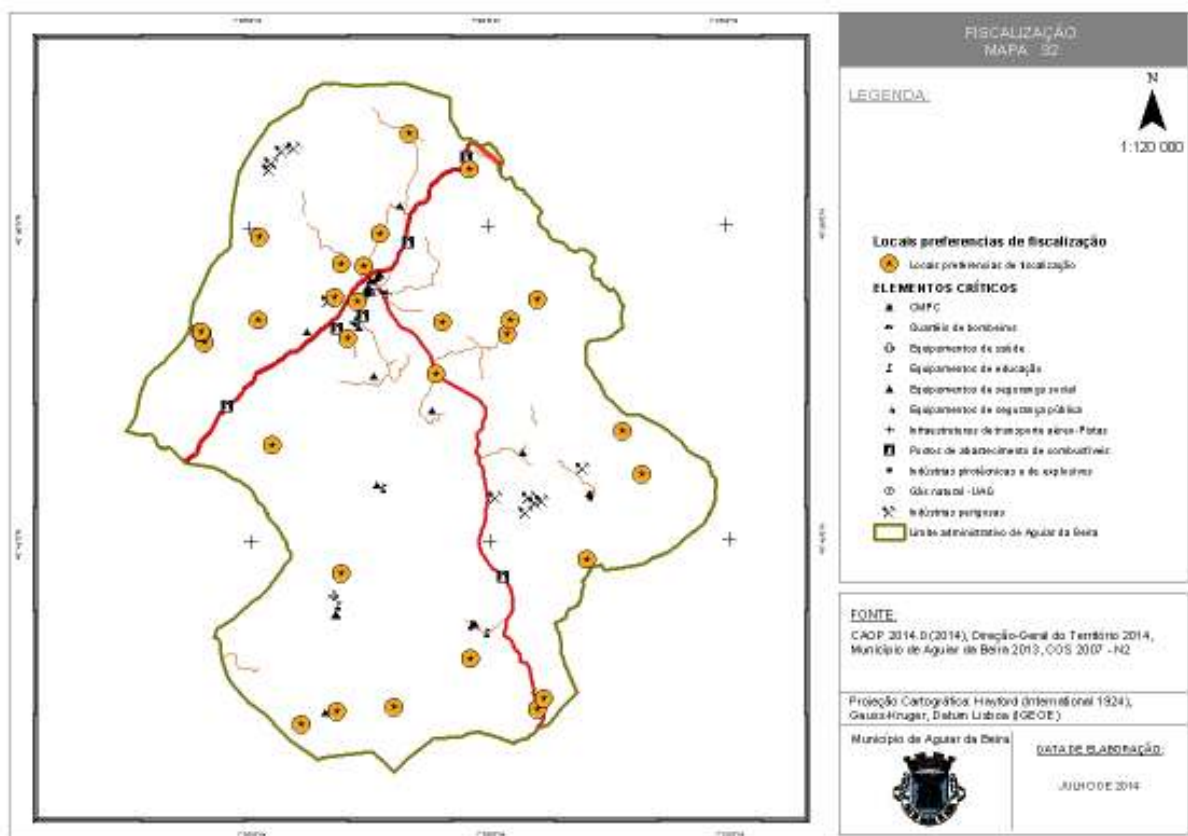
Para uma eficaz campanha de sensibilização importa definir um público-alvo para se

realizar uma seleção de meios que se torne eficaz.

Problema Diagnosticado	Objetivo	Ação	Indicadores				
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realizar ações de esclarecimento junto das populações	Todas as Freguesias Maio/Junho	Todas as Freguesias Maio/Junho	Todas as Freguesias Maio/Junho	Todas as Freguesias Maio/Junho	Todas as Freguesias Maio/Junho

Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de esclarecimento junto das populações	Todas as Freguesias - Abril	Todas as Freguesias - Abril	Todas as Freguesias - Abril	Todas as Freguesias - Abril	Todas as Freguesias - Abril
		Distribuição de folhetos via correio com esclarecimento	Todas as Freguesias - Abril	Todas as Freguesias - Abril	Todas as Freguesias - Abril	Todas as Freguesias - Abril	Todas as Freguesias - Abril
Desconhecimento do espaço e do valor florestal do Concelho por parte da população	Sensibilizar a população para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para a importância dos valores que detém	Realização de Passeio Pedestres, Passeios de BTT, outras atividades de Natureza	Todas as Freguesias - Todo o Ano	Todas as Freguesias - Todo o Ano	Todas as Freguesias - Todo o Ano	Todas as Freguesias - Todo o Ano	Todas as Freguesias - Todo o Ano

N.º	ID Processo	Auto Levantado Por	Tipologia	Pena
1	13	GNR Aguiar da Beira - N.º 251/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
2	18	GNR Aguiar da Beira - N.º 450/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.02	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
3	24	GNR Aguiar da Beira - N.º 466/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.06	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
4	25	GNR Aguiar da Beira - N.º 467/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.07	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
5	33	GNR Aguiar da Beira - N.º 4568/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.08	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
6	34	NPA/EPNA Gouveia n.º 131/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.09	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
7	35	NPA/EPNA Gouveia n.º 133/2014	Artigos 27.º, n.º 2 e 38.º, 2, o) do DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.01	Instruído e pago
8	36	NPA/EPNA Gouveia n.º 132/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.11	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
9	37	GNR Aguiar da Beira - N.º 457/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.12	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
10	39	GNR Aguiar da Beira - N.º 535/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.15	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
11	41	GNR Aguiar da Beira - N.º 532/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.17	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
12	43	GNR Aguiar da Beira - N.º 531/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.18	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
13	44	GNR de Aguiar da Beira N.º 530/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.19	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
14	49	GNR Aguiar da Beira - N.º 525/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.20	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção
15	52	GNR Aguiar da Beira - N.º 515/2014	N.º 2 do Artigo 15º dodo DL 124/2006 de 28.06, na redacção dada pelo DL 17/2009 de 14.22	Decisão Administrativa de Arquivamento após realização da intervenção



Mapa de Fiscalização

As áreas assinaladas foram identificadas como prioritárias tendo em conta a localização de risco de incêndio. Deve ainda haver uma maior e mais eficaz fiscalização às plantações sem licenciamento, problema que se tem agravado nos últimos dois anos, sendo 90% das novas plantações com recurso a eucalipto. No entanto, todo o concelho deve ser atentamente vigiado e fiscalizado de uma forma uniforme e constante.

Metas e Indicadores

Probl		A ç ã	Indicadores N/ de Ações				
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, populaç	Realizar ações de esclarecimento junto das populações	11 Ações	11 Ações	11 Ações	11 Ações	11 Ações
Limpeza de matos junto das	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e	Realizar ações de esclarecimento	11 Ações	12 Ações	13 Ações	14 Ações	15 Ações
		Distribuição de folhetos via correio com	1500 Folhetos	1500 Folhetos	1500 Folhetos	1500 Folhetos	1500 Folhetos
Desconhecimento do espaço e do valor florestal do Concelho por parte	Sensibilizar a população para a riqueza do espaço florestal do	Realização de Passeio Pedestres, Passeios de BTT, outras atividades de	2 Atividades	2 Atividades	2 Atividades	2 Atividades	2 Atividades

Orçamento e Responsáveis

Tabela 46 - Orçamento e Responsáveis 2.º eixo

Problema Diagnosticado	Objetivo	Ação	Responsável	Estimativa Orçamental					
				Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Uso do fogo durante o período crítico	Sensibilizar a população em geral (agricultor, pastor, apicultor, proprietário florestal, população escolar...), sobre as possíveis consequências inerentes ao uso incorreto do fogo	Realizar ações de esclarecimento junto das populações	Município de Aguiar da Beira	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	1.500,00 €
Limpeza de matos junto das habitações e em redor dos aglomerados populacionais	Sensibilizar a população para a importância da gestão de combustível e informar acerca da lei vigente	Realizar ações de esclarecimento junto das populações	Município de Aguiar da Beira	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	1.500,00 €
		Distribuição de folhetos via correio com esclarecimento	Município de Aguiar da Beira	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	1.500,00 €
Uso do fogo para renovação de pastagens	Sensibilizar a população para a importância da gestão de pastagens com fogo mas de forma controlada	Realizar ações de esclarecimento junto dos pastores	Município de Aguiar da Beira	150,00 €	150,00 €	150,00 €	150,00 €	150,00 €	750,00 €
		Realização de queimadas a baixo custo para os pastores	Município de Aguiar da Beira	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	2.500,00 €
Desconhecimento do espaço e do valor florestal do Concelho por parte da população	Sensibilizar a população para a riqueza do espaço florestal do Concelho e para a importância dos valores que detém	Realização de Passeio Pedestres, Passeios de BTT, outras atividades de Natureza	Município de Aguiar da Beira	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	2.500,00 €
Total				2.050,00 €	2.050,00 €	2.050,00 €	2.050,00 €	2.050,00 €	10.250,00 €

4.1.2.6 Quadro Intervenções na rede de FGC e MPGC

Tabela 4 - Intervenções na rede de FGC e MPGC – Eirado

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
						ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Eirado	001	Edificações	0,4	4,0	4,4	0,4	0,0	0,4	0,0	0,4
	002	Agglomerados populacionais	4,8	16,0	20,8	4,8	0,0	4,8	0,0	4,8
	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	007	Rede eléctrica muito alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	008	Rede Primária	7,7	3,7	11,4	0,0	0,0	0,0	7,7	0,0
	010	Rede eléctrica de média tensão	3,2	5,0	8,2	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0
	011	Mosaicos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total		16,1	28,7	44,8	5,2	0,0	8,4	7,7	5,2

Tabela 5 - Intervenções na rede de FGC e MPGC - Carapito

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
						ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
C ar a	001	Edificações	4,5	10,0	14,5	4,5	0,0	4,5	0,0	4,5
	002	Aglomerados populacionais	11,2	24,0	35,2	11,2	0,0	11,2	0,0	11,2
	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	2,1	5,3	7,4	0,0	2,1	0,0	2,1	0,0
	007	Rede eléctrica muito alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	008	Rede Primária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	010	Rede eléctrica de média tensão	2,8	8,1	10,9	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8
	011	Mosaicos	210,0	0,0	210,0	0,0	60,0	83,0	67,0	0,0
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total		230,6	47,4	278,0	15,7	62,1	98,7	69,1	18,5

6 - Intervenções na rede de FGC e MPGC - Dornelas

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
						ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
Dornelas	001	Edificações	1,7	22,5	24,2	1,7	0,0	1,7	0,0	1,7
	002	Aglomerados populacionais	0,0	27,0	27,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	0,9	0,6	1,5	0,0	0,9	0,0	0,9	0,0
	007	Rede eléctrica muito alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	008	Rede Primária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	010	Rede eléctrica de média tensão	7,2	11,9	19,1	0,0	0,0	0,0	0,0	7,2
	011	Mosaicos	31,2	0,0	31,2	0,0	31,2	0,0	0,0	0,0
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total		41,0	62,0	103,0	1,7	32,1	1,7	0,9	8,9

Tabela 7 - Intervenções na rede de FGC e MPGC - Forninhos

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
						ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	001	Edificações	13,7	29,7	43,4	13,7	0,0	13,7	0,0	13,7
	002	Aglomerados populacionais	13,4	18,0	31,4	13,4	0,0	13,4	0,0	13,4
	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	20,7	42,8	63,5	0,0	20,7	0,0	20,7	0,0

F o r n i	007	Rede electrica muito alta tensão	42,4	25,0	67,4	0,0	42,4	0,0	42,4	0,0
	008	Rede Primária	48,5	82,6	131,1	0,0	48,5	0,0	0,0	0,0
	010	Rede eléctrica de média tensão	20,0	32,8	52,8	4,0	16,0	0,0	0,0	0,0
	011	Mosaicos	35,1	0,0	35,1	0,0	17,0	6,6	5,5	6,0
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total			193,8	230,9	424,7	31,1	144,6	33,7	68,6

8 - Intervenções na rede de FGC e MPGC - Corticada

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
						ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
C o r t i	001	Edificações	14,1	12,0	26,1	14,1	0,0	14,1	0,0	14,1
	002	Aglomerados populacionais	6,1	23,2	29,3	6,1	0,0	6,1	0,0	6,1
	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	21,0	11,8	32,8	0,0	21,0	0,0	21,0	0,0
	007	Rede eléctrica muito alta tensão	28,0	20,7	48,7	0,0	28,0	0,0	28,0	0,0
	008	Rede Primária	1,8	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8
	010	Rede eléctrica de média tensão	5,1	8,5	13,6	0,0	2,2	0,0	0,0	2,9
	011	Mosaicos	226,0	0,0	226,0	0,0	89,7	32,8	66,5	37,1
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Rede eléctrica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Pi n he	003	polígonos industriais								
		Rede viária								
	004	florestal	14,2	16,9	31,1	0,0	14,2	0,0	14,2	0,0
		Rede eléctrica								
	007	muito alta tensão	2,9	7,6	10,5	0,0	2,9	0,0	2,9	0,0
	008	Rede Primária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Rede eléctrica								
	010	de média tensão	2,4	12,7	15,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4
	011	Mosaicos	67,0	0,0	67,0	0,0	0,0	0,0	37,3	29,7
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Rede eléctrica								
	013	de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total		101,8	71,2	173,0	15,3	17,1	15,3	54,4	47,4

Tabela 11 - Intervenções na rede de FGC e MPGC – UF Aguiar da Beira e Coruche

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
						ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
U F A g u i a r d a B e i r a e	001	Edificações	8,2	9,7	17,9	8,2	0,0	8,2	0,0	8,2
	002	Aglomerados populacionais	13,2	42,4	55,6	13,2	0,0	13,2	0,0	13,2
	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	22,7	5,9	28,6	7,6	15,0	7,6	15,0	0,0
	007	Rede eléctrica muito alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	008	Rede Primária	135,3	58,9	194,2	0,0	0,0	0,0	135,3	0,0
		Rede eléctrica								
	010	de média tensão	17,8	17,0	34,8	0,0	0,0	2,4	15,4	0,0
	011	Mosaicos	142,0	0,0	142,0	28,8	40,6	30,4	25,0	0,0

	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total		339,2	133,9	473,1	57,8	55,6	61,8	190,7	21,4

Tabela 12 - Intervenções na rede de FGC e MPGC – UF Souto de Aguiar da Beira e Valverde

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGC (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
						ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
U F S o u t o d e A g u i a r d a B e i r a e V a l v e r d	001	Edificações	19,4	19,4	38,8	19,4	0,0	19,4	0,0	19,4
	002	Aglomerados populacionais	74,0	92,8	166,8	74,0	0,0	74,0	0,0	74,0
	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	20,4	4,6	25,0	0,0	20,4	0,0	20,4	0,0
	007	Rede eléctrica muito alta tensão	3,0	2,6	5,6	0,0	3,0	0,0	3,0	0,0
	008	Rede Primária	238,0	104,9	342,9	0,0	149,2	0,0	0,0	89,0
	010	Rede eléctrica de média tensão	21,2	40,5	61,7	5,9	5,4	9,7	0,0	0,0
	011	Mosaicos	118,0	0,0	118,0	0,0	0,0	27,6	47,0	43,0
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total		494,0	264,8	758,8	99,3	178,0	130,7	70,4	225,4

Tabela 13 - Intervenções na rede de FGC e MPGC – UF Sequeiros e Gradiz

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa /	Área total com necessidade de	Área total sem necessidade de	Área total da	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
-----------	-------------------------	----------------------	-------------------------------	-------------------------------	---------------	--	--	--	--	--

		Mosaico	intervenção (ha)	intervenção (ha)	FGG (ha)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
U F Se que ir os e G ra di z	001	Edificações	6,9	8,7	15,6	6,9	0,0	6,9	0,0	6,9
	002	Aglomerados populacionais	24,8	47,5	72,3	24,8	0,0	24,8	0,0	24,8
	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	5,5	0,0	5,5	0,0	5,5	0,0	5,5	0,0
	007	Rede eléctrica muito alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	008	Rede Primária	170,0	51,4	221,4	0,0	0,0	46,8	123,2	0,0
	010	Rede eléctrica de média tensão	1,0	8,2	9,2	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0
	011	Mosaicos	162,1	0,0	162,1	30,7	53,0	39,0	26,2	13,0
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total		370,3	115,8	486,1	62,4	58,5	117,5	155,9	44,7

Tabela 15 - Intervenções na rede de FGC e MPGC - Total do Concelho

Freguesia	Código da faixa/Mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área total com necessidade de intervenção (ha)	Área total sem necessidade de intervenção (ha)	Área total da FGG (ha)	Distribuição da área total com necessidade de intervenção (ha)				
						ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
	001	Edificações	81,9	170,6	252,5	81,9	0,0	81,9	0,0	81,9
	002	Aglomerados populacionais	176,4	398,4	574,8	176,4	0,0	176,4	0,0	176,4

A g u i	003	Parques e polígonos industriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	004	Rede viária florestal	107,5	87,9	195,4	7,6	99,8	7,6	99,8	0,0
	007	Rede eléctrica muito alta tensão	85,4	55,9	141,3	0,0	85,4	0,0	85,4	0,0
	008	Rede Primária	844,2	383,9	1228,1	0,0	257,2	46,8	347,5	192,9
	010	Rede eléctrica de média tensão	93,0	173,6	266,6	9,9	23,6	19,9	17,0	22,4
	011	Mosaicos	1519,8	0,0	1519,8	169,4	339,4	335,7	384,6	273,0
	012	Pontos Água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	013	Rede eléctrica de alta tensão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Sub – Total		2908,2	1270,3	4178,5	445,2	805,4	668,3	934,3	746,6

4.1.2.7 Quadro Intervenções Rede Viária Florestal

Tabela 16 - Intervenções Rede Viária Florestal

Freguesia	Classes das vias de RVF (Rede_DFCL)	Comprimento total com necessidade de intervenção (m)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (m)	Comprimento total (m)	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
					C/ Interv. (m)	C/ Interv. (m)	C/ Interv. (m)	C/ Interv. (m)	C/ Interv. (m)
Eira	1ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	2605	2605	0	0	0	0	0
	complementar	2016	22963	24979	0	0	0	0	2016
	Sub-total	2016	25568	27584	0	0	0	0	2016
Carapina	1ª ordem	0	1940	1940	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	10563	10563	0	0	0	0	0
	complementar	10213	42144	52357	0	0	0	10213	0
	Sub-total	10213	54647	64860	0	0	0	10213	0
Dornos	1ª ordem	0	1479	1479	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	10970	10970	0	0	0	0	0
	complementar	11016	56383	67399	0	0	11016	0	0
	Sub-total	11016	68832	79848	0	0	11016	0	0
Forninhos	1ª ordem	0	23067	23067	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	16240	16240	0	0	0	0	0
	complementar	4937	73700	78637	0	2169	0	0	2768
	Sub-total	4937	113007	117944	0	2169	0	0	2768
Corticeira	1ª ordem	0	12939	12939	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	4370	4370	0	0	0	0	0
	complementar	5263	38612	43875	0	2568	2695	0	0
	Sub-total	5263	55921	61184	0	2568	2695	0	0
Penave	1ª ordem	0	14884	14884	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	27165	27165	0	0	0	0	0
	complementar	16050	123366	139416	0	8426	1949	395	5280

	Sub-total	16050	165415	181465	0	8426	1949	395	5280
P i n h e i r o	1ª ordem	0	0	0	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	9183	9183					
	complementar	4608	45585	50193	0	0	1910	2698	
	Sub-total	4608	54768	59376	0	0	1910	2698	0
A g u i a r d a B e i r a e C o r u	1ª ordem	0	4076	4076	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	10643	10643	0	0	0	0	0
	complementar	19241	56487	75728	448	6840	995	3851	7107
	Sub-total	19241	71206	90447	448	6840	995	3851	7107
S e q u e i r o s e G r a d i z	1ª ordem	0	10158	10158	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	5069	5069	0	0	0	0	0
	complementar	4870	30969	35839	0	3115	1755	0	0
	Sub-total	4870	46196	51066	0	3115	1755	0	0
S o u t o d e A g u i a r d a B e i r a e V a l v e r d e	1ª ordem	0	9548	9548	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	12737	12737	0	0	0	0	0
	complementar	13567	61391	74958	0	0	7066	1817	4693
	Sub-total	13567	83676	97243	0	0	7066	1817	4693
C o n	Classes das vias de RVF (Rede DFCL)	Comprimento total com necessidade de intervenção (m)	Comprimento total sem necessidade de intervenção (m)	Comprimento total (m)	2013	2014	2015	2016	2017
					C/ Interv. (m)	C/ Interv. (m)	C/ Interv. (m)	C/ Interv. (m)	C/ Interv. (m)
	1ª ordem	0	84743	84743	0	0	0	0	0
	2ª ordem	0	121639	121639	0	0	0	0	0
	complementar	133253	613153	746406	8056	49210	30902	18974	26120
	Sub-total	133253	819535	952788	8056	49210	30902	18974	26120

4.1.2.9 Definição de Metas e Indicadores

Tabela 18 - Definição de Metas e Indicadores - Eirado

Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Eirado	R e d e S ...	Edificações	Implementação	0,43	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	0,43					0,43
			Manutenção	0,86		ha			0,43		0,43	0,86
		Agglomerados populacionais	Implementação	4,87	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	4,87					4,87
			Manutenção	9,74		ha			4,87		4,87	9,74
		Rede viária florestal	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica de média tensão	Implementação	3,22	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			3,22			3,22
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						

	Rede Primária	Implementação	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			7,74	Área instalada com recurso a meios mistos	ha				7,74		7,74
	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	Implementação	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Rede Viária Florestal	Construção	0	Construção de Rede Viária	km						
		Manutenção	2,02	Manutenção de Rede Viária	km					2,02	2,02
	Rede de Pontos de Água	Construção	1	Construção de Ponto de Água	un	1					1
		Manutenção	1	Manutenção de Pontos de Água	un		1				1

Tabela 19 - Definição de Metas e Indicadores - Carapito

Domínio de Acção e Indicadores - Exemplo												
Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Carapito	R e d e s	Edificações	Implementação	4,5	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	4,50					4,50
			Manutenção	9		ha			4,50		4,50	9,00
		Aglomerados populacionais	Implementação	11,26	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	11,26					11,26
			Manutenção	22,52		ha			11,26		11,26	22,52
		Rede viária florestal	Implementação	2,16	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		2,16				2,16
			Manutenção	2,16		ha				2,16		2,16
		Rede electrica muito alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica de média tensão	Implementação	2,89	Área instalada com recurso a meios mistos	ha					2,89	2,89
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede Primária	Implementação	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
				0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
				0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	Implementação	191,84	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha		59,52	73,54	58,78		191,84
				18,19	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			9,52	8,67		18,19
	Manutenção		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha							
			0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha							
	Rede Viária Florestal	Construção	1,06	Construção de Rede Viária	km				1,06		1,06	
		Manutenção	9,15	Manutenção de Rede Viária	km				9,15		9,15	
	Rede de Pontos de Água	Construção	1	Construção de Ponto de Água	un	1					1	
		Manutenção	0	Manutenção de Pontos de Água	un							

Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
D o r n e	R e d e S	Edificações	Implementação	1,79	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	1,79					1,79
			Manutenção	3,58		ha			1,79		1,79	3,58
		Aglomerados populacionais	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede viária florestal	Implementação	0,9	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		0,90				0,90
			Manutenção	0,9		ha				0,90		0,90
		Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica de média tensão	Implementação	7,27	Área instalada com recurso a meios mistos	ha					7,27	7,27
			Manutenção	0		ha						
		Rede Primária	Implementação	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Implementação	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	Implementação	31,29	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha			31,29			31,29
			Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Implementação	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Rede Viária Florestal	Construção	6,01	Construção de Rede Viária	km			6,01			6,01
			Manutenção	5,01	Manutenção de Rede Viária	km			5,01			5,01
		Rede de Pontos de Água	Construção	1	Construção de Ponto de Água	un	1					1
			Manutenção	0	Manutenção de Pontos de Água	un						

Tabela 21 - Definição de Metas e Indicadores – Forninhos

Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
F o r n i n h o	R e d e S	Edificações	Implementação	13,7	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	13,70					13,70
			Manutenção	27,4		ha			13,70		13,70	27,40
		Aglomerados populacionais	Implementação	13,4	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	13,40					13,40
			Manutenção	26,8		ha			13,40		13,40	26,80
		Rede viária florestal	Implementação	20,7	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		20,70				20,70
			Manutenção	20,7		ha				20,70		20,70
		Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	42,44	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		42,44				42,44
			Manutenção	42,44		ha				42,44		42,44
		Rede eléctrica de média tensão	Implementação	20	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	4,00	16,00				20,00
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						

		Manutenção	0		ha						
	Rede Primária	Implementação	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			14,99	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		14,99				14,99
		Manutenção	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	Implementação	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			35,11	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		17,08	6,55	5,47	6,01	35,11
		Manutenção	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Rede Viária Florestal	Construção	1,35	Construção de Rede Viária	km					1,35	1,35
		Manutenção	3,59	Manutenção de Rede Viária	km		2,16			1,43	3,59
	Rede de Pontos de Água	Construção	1	Construção de Ponto de Água	un	1					1
		Manutenção	1	Manutenção de Pontos de Água	un	1					1

22

Cortiçada

Freguesia	Descrição da faixa	Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Corti	Edificações	Implementação	14,11		ha	14,11					14,11
		Manutenção	28,22	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			14,11		14,11	28,22
	Aglomerados populacionais	Implementação	6,1		ha	6,10					6,10
		Manutenção	12,2	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			6,10		6,10	12,20
	Rede viária florestal	Implementação	21,01		ha		21,01				21,01
		Manutenção	21,01	Área instalada com recurso a meios mistos	ha				21,01		21,01
	Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	28,04		ha		28,04				28,04
		Manutenção	28,04	Área instalada com recurso a meios mistos	ha				28,04		28,04
	Rede eléctrica de média tensão	Implementação	5,11		ha		2,24			2,87	5,11
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0		ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Rede Primária		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
		Implementação	1,83	Área instalada com recurso a meios mistos	ha					1,83	1,83
			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível		163,37	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha		80,47	25,90	57,00		163,37
		Implementação	62,08	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		9,29	6,88	8,72	37,19	62,08
			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Construção	2,7	Construção de Rede Viária	km			2,70			2,70

	Rede Viária Florestal	Manutenção	2,56	Manutenção de Rede Viária	km		2,56				2,56
		Construção	1	Construção de Ponto de Água	un	1					1
	Rede de Pontos de Água	Manutenção	0	Manutenção de Pontos de Água	un						

Tabela 23 - Definição de Metas e Indicadores - Penaverde

Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
P e n a v e r d e		Edificações	Implementação	3,32	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	3,32					3,32
			Manutenção	6,64		ha			3,32		3,32	6,64
		Agglomerados populacionais	Implementação	10,94	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	10,94					10,94
			Manutenção	21,88		ha			10,94		10,94	21,88
		Rede viária florestal	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica de média tensão	Implementação	5,22	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			4,61	0,61		5,22
			Manutenção	0		ha						
		Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
		Rede Primária		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Implementação	21,73	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		21,73				21,73
				0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Implementação	75,04	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			23,79	20,01	31,24	75,04
				0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Rede Viária Florestal	Construção	3,4	Construção de Rede Viária	km			0,69	2,71		3,40
			Manutenção	1,21	Manutenção de Rede Viária	km			1,21			1,21
		Rede de Pontos de Água	Construção	1	Construção de Ponto de Água	un	1					1
			Manutenção	1	Manutenção de Pontos de Água	un		1				1

Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
		Edificações	Implementação	4,54	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	4,54					4,54
			Manutenção	9,08		ha			4,54		4,54	9,08
		Agglomerados populacionais	Implementação	10,89	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	10,89					10,89
			Manutenção	21,78		ha			10,89		10,89	21,78

Pinh eiro	R e d e S	Rede viária florestal	Implementação	14,25	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		14,25				14,25
			Manutenção	14,25		ha				14,25		14,25
	Rede eléctrica muito alta tensão		Implementação	2,94	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		2,94				2,94
			Manutenção	2,94		ha				2,94		2,94
	Rede eléctrica de média tensão		Implementação	2,41	Área instalada com recurso a meios mistos	ha					2,41	2,41
			Manutenção	0		ha						
	Rede eléctrica de alta tensão		Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
			Manutenção	0		ha						
	Rede Primária			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
				0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Implementação	67,07	Área instalada com recurso a meios mistos	ha				37,36	29,71	67,07
				0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Rede Viária Florestal		Construção	3,12	Construção de Rede Viária	km		3,12				3,12
			Manutenção	1,75	Manutenção de Rede Viária	km			1,75			1,75
	Rede de Pontos de Água		Construção	1	Construção de Ponto de Água	un	1					1
			Manutenção	0	Manutenção de Pontos de Água	un						

Tabela 25 - Definição de Metas e Indicadores – Aguiar da Beira e Coruche

Freguesia	Descrição da faixa	Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
						Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Aguiar da Beira e Coruche	Edificações	Implementação	8,2	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	8,20					8,20
		Manutenção	16,4		ha			8,20		8,20	16,40
	Aglomerados populacionais	Implementação	13,24	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	13,24					13,24
		Manutenção	26,48		ha			13,24		13,24	26,48
	Rede viária florestal	Implementação	22,72	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	7,62	15,10				22,72
		Manutenção	22,7		ha			7,60	15,10		22,70
	Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Manutenção	0		ha						
	Rede eléctrica de média tensão	Implementação	17,8	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			2,40	15,40		17,80
		Manutenção	0		ha						
	Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Manutenção	0		ha						
			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
		Implementação	17,54	Área instalada com recurso a meios mistos	ha				17,54		17,54

	Rede Primária		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
		Manutenção	117,85	Área instalada com recurso a meios mistos	ha				117,85		117,85
	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	Implementação	28,83	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha	28,83					28,83
			96,2	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		40,63	30,50	25,07		96,20
		Manutenção	0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
	Rede Viária Florestal	Construção	3,68	Construção de Rede Viária	km				0,69	2,99	3,68
		Manutenção	9,9	Manutenção de Rede Viária	km			7,06	1,13	1,71	9,90
	Rede de Pontos de Água	Construção	1	Construção de Ponto de Água	un	1					1
		Manutenção	0	Manutenção de Pontos de Água	un						

26

Sequeiros e Gradiz

Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Sequeiros e Gradiz	Edificações	Implementação	19,49			ha	19,49					19,49
		Manutenção	38,98	Área instalada com recurso a meios mistos		ha			19,49		19,49	38,98
	Aglomerados populacionais	Implementação	74,05			ha	74,05					74,05
		Manutenção	148,1	Área instalada com recurso a meios mistos		ha			74,05		74,05	148,10
	Rede viária florestal	Implementação	20,45			ha		20,45				20,45
		Manutenção	20,45	Área instalada com recurso a meios mistos		ha				20,45		20,45
	Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	3,07			ha		3,07				3,07
		Manutenção	3,07	Área instalada com recurso a meios mistos		ha				3,07		3,07
	Rede eléctrica de média tensão	Implementação	21,26			ha	6,00	5,50	9,76			21,26
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						
	Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0			ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						
	Rede Primária		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado		ha						
		Implementação	117,6	Área instalada com recurso a meios mistos		ha		117,60				117,60
			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado		ha						
		Manutenção	89,02	Área instalada com recurso a meios mistos		ha					89,02	89,02
	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível		118,52	Área instalada com recurso ao fogo controlado		ha			27,68	47,28	43,56	118,52
		Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						
			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado		ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						

	Rede Viária Florestal	Construção	3,98	Construção de Rede Viária	km		2,35	1,23	0,40		3,98
		Manutenção	12,08	Manutenção de Rede Viária	km		6,08	0,72		5,28	12,08
	Rede de Pontos de Água	Construção	2	Construção de Ponto de Água	un	2					2
		Manutenção	0	Manutenção de Pontos de Água	un						

Tabela 27 - Definição de Metas e Indicadores – Souto de Aguiar da Beira e Valverde

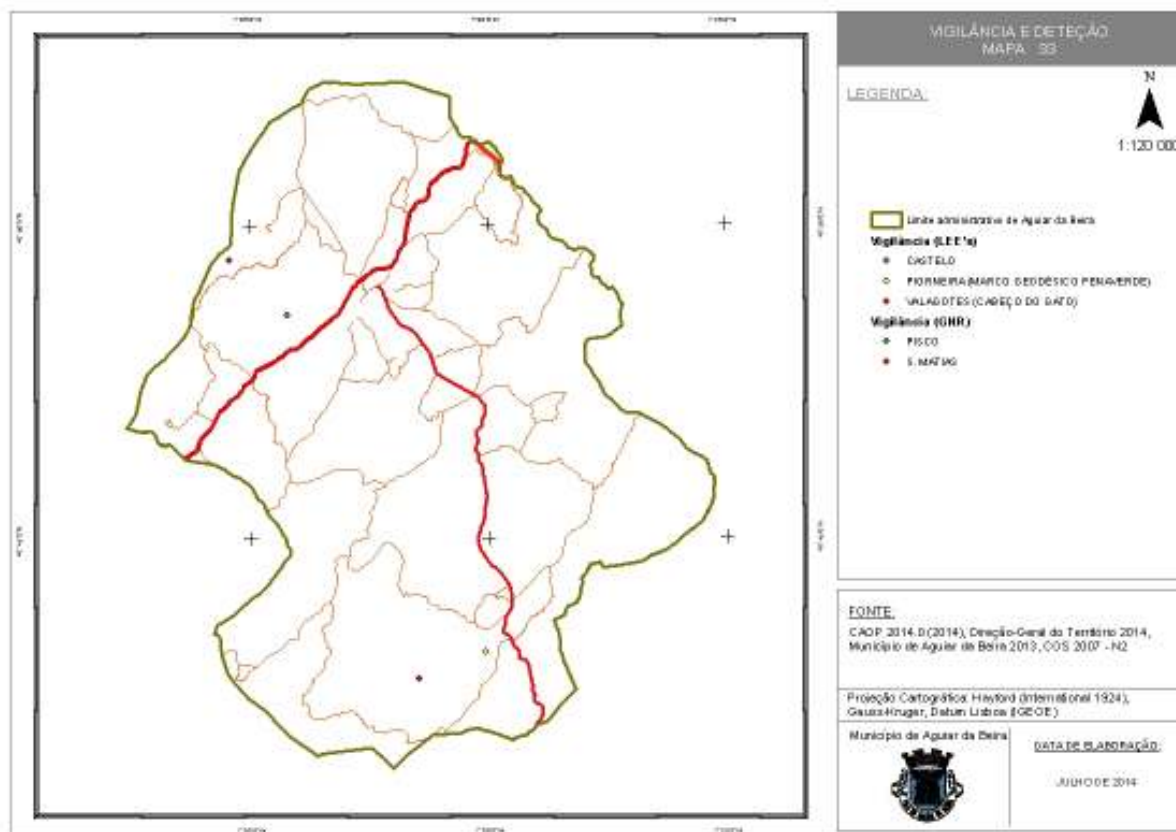
Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Souto de Aguiar	Edificações	Implementação	6,97			ha	6,97					6,97
		Manutenção	13,94	Área instalada com recurso a meios mistos		ha			6,97		6,97	13,94
	Aglomerados populacionais	Implementação	24,86			ha	24,86					24,86
		Manutenção	49,72	Área instalada com recurso a meios mistos		ha			24,86		24,86	49,72
	Rede viária florestal	Implementação	5,5			ha		5,50				5,50
		Manutenção	5,5	Área instalada com recurso a meios mistos		ha				5,50		5,50
	Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	0			ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						
	Rede eléctrica de média tensão	Implementação	1			ha				1,00		1,00
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						
	Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0			ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						
	Rede Primária		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado		ha						
		Implementação	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						
			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado		ha						
		Manutenção	169,89	Área instalada com recurso a meios mistos		ha			46,65	123,24		169,89
	Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado		ha						
		Implementação	162,2	Área instalada com recurso a meios mistos		ha	30,80	53,14	39,02	26,22	13,02	162,20
			0	Área instalada com recurso ao fogo controlado		ha						
		Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos		ha						
	Rede Viária Florestal	Construção	11,54	Construção de Rede Viária	km			5,76	1,00	3,85	0,93	11,54
		Manutenção	7,7	Manutenção de Rede Viária	km		0,40	1,20			6,10	7,70
	Rede de Pontos de Água	Construção	2	Construção de Ponto de Água	un		2					2
		Manutenção	1	Manutenção de Pontos de Água	un			1				1

Tabela 29 - Definição de Metas e Indicadores - Totais do Concelho

Freguesia	Descrição da faixa		Metas	Total	Intervenção	Un	Indicadores mensuráveis					Total
							Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
			Implementação	82,33		ha	82,33					82,33

C o n c e l h o	R e d e S	Edificações	Manutenção	164,66	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			82,33		82,33	164,66
		Agglomerados populacionais	Implementação	176,88		ha	176,88					176,88
			Manutenção	353,76	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			176,88		176,88	353,76
		Rede viária florestal	Implementação	107,69		ha	7,62	100,07				107,69
			Manutenção	107,67	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			7,60	100,07		107,67
		Rede eléctrica muito alta tensão	Implementação	85,63		ha		85,63				85,63
			Manutenção	85,63	Área instalada com recurso a meios mistos	ha				85,63		85,63
		Rede eléctrica de média tensão	Implementação	93,32		ha	10,00	23,74	19,99	17,01	22,58	93,32
			Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Rede eléctrica de alta tensão	Implementação	0		ha						
			Manutenção	0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Rede Primária		0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Implementação	268,17	Área instalada com recurso a meios mistos	ha		192,16		74,18	1,83	268,17
				0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
			Manutenção	511,37	Área instalada com recurso a meios mistos	ha			46,65	273,58	191,14	511,37
		Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível		792,9	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha	138,83	187,90	212,51	210,10	43,56	792,90
				687,98	Área instalada com recurso a meios mistos	ha	30,80	120,14	154,85	174,57	207,62	687,98
				0	Área instalada com recurso ao fogo controlado	ha						
				0	Área instalada com recurso a meios mistos	ha						
		Rede Viária Florestal	Construção	57,8	Construção de Rede Viária	km	5,63	23,80	11,63	8,71	8,03	57,80
			Manutenção	75,48	Manutenção de Rede Viária	km	2,37	25,52	19,27	10,28	18,04	75,48
		Rede de Pontos de Água	Construção	15	Construção de Ponto de Água	un	15					15
			Manutenção	4	Manutenção de Pontos de Água	un	1	3				4

4.3 - 3.º Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; Vigilância e deteção



Mapa de vigilância e deteção

Relação n.º Incêndios e n.º elementos vigilância

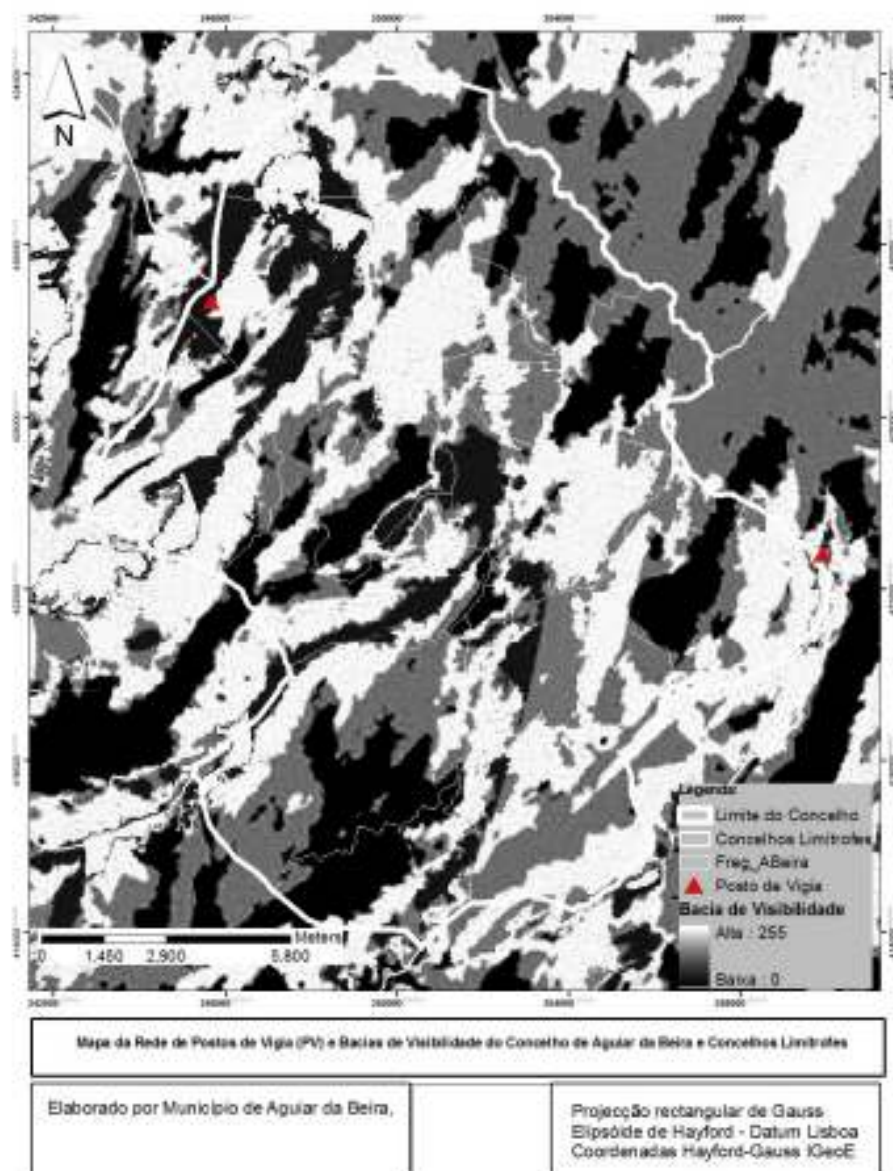
	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Ecco
Ocorrências	8	13	22	6	5
Equipas Vigilância	1	2	5	2	1
Índice Ocorrência/Equipas	8	6,5	4,4	3	5

Relação entre o n.º de incêndios florestais 2013 e equipas e n.º de elementos de 1ª intervenção

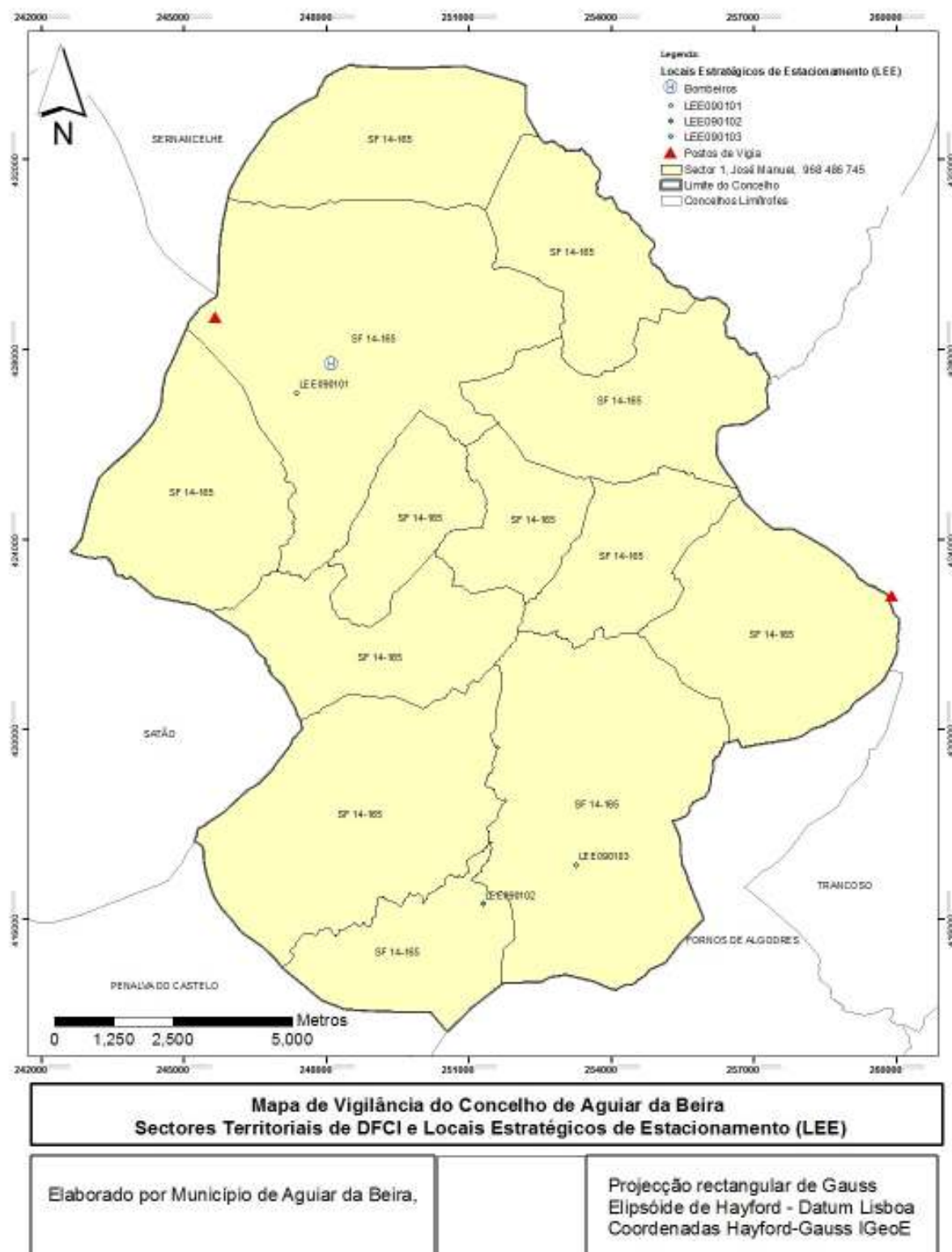
	Alfa	Bravo			Charlie	Delta	Ecco
Ocorrências	8,0	13,0			22,0	6,0	5,0
Equipas 1 Intervenção	1,0	2,0			3,0	2,0	1,0

N.º Elementos 1 Intervenção	5,0	10,0			15,0	10,0	5,0
Índice entre o n.º de incêndios/e o n.º total de Equipas	8,0	6,5			7,3	3,0	5,0

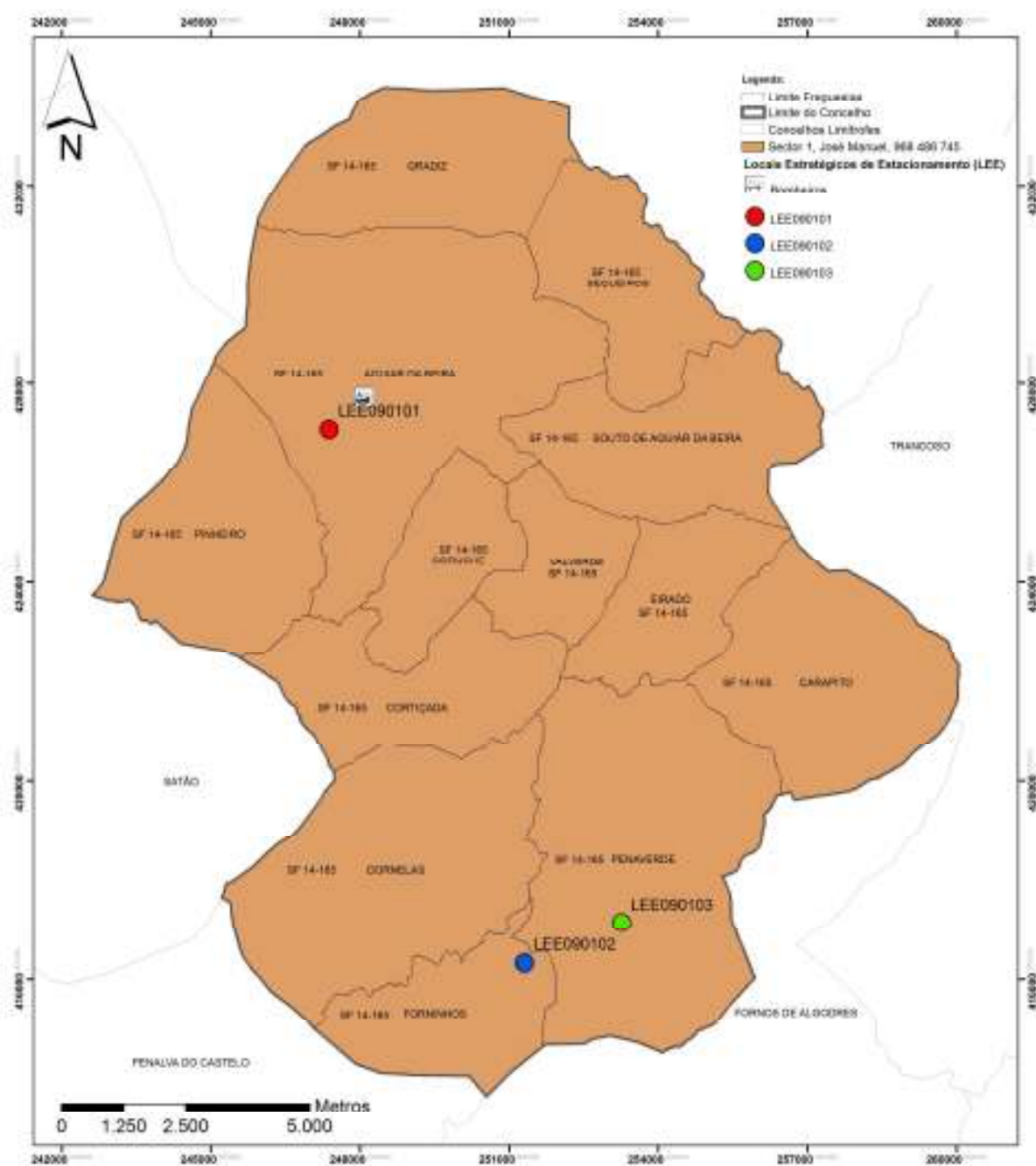
Visibilidade de vigilância



Vigilância



1ª Intervenção

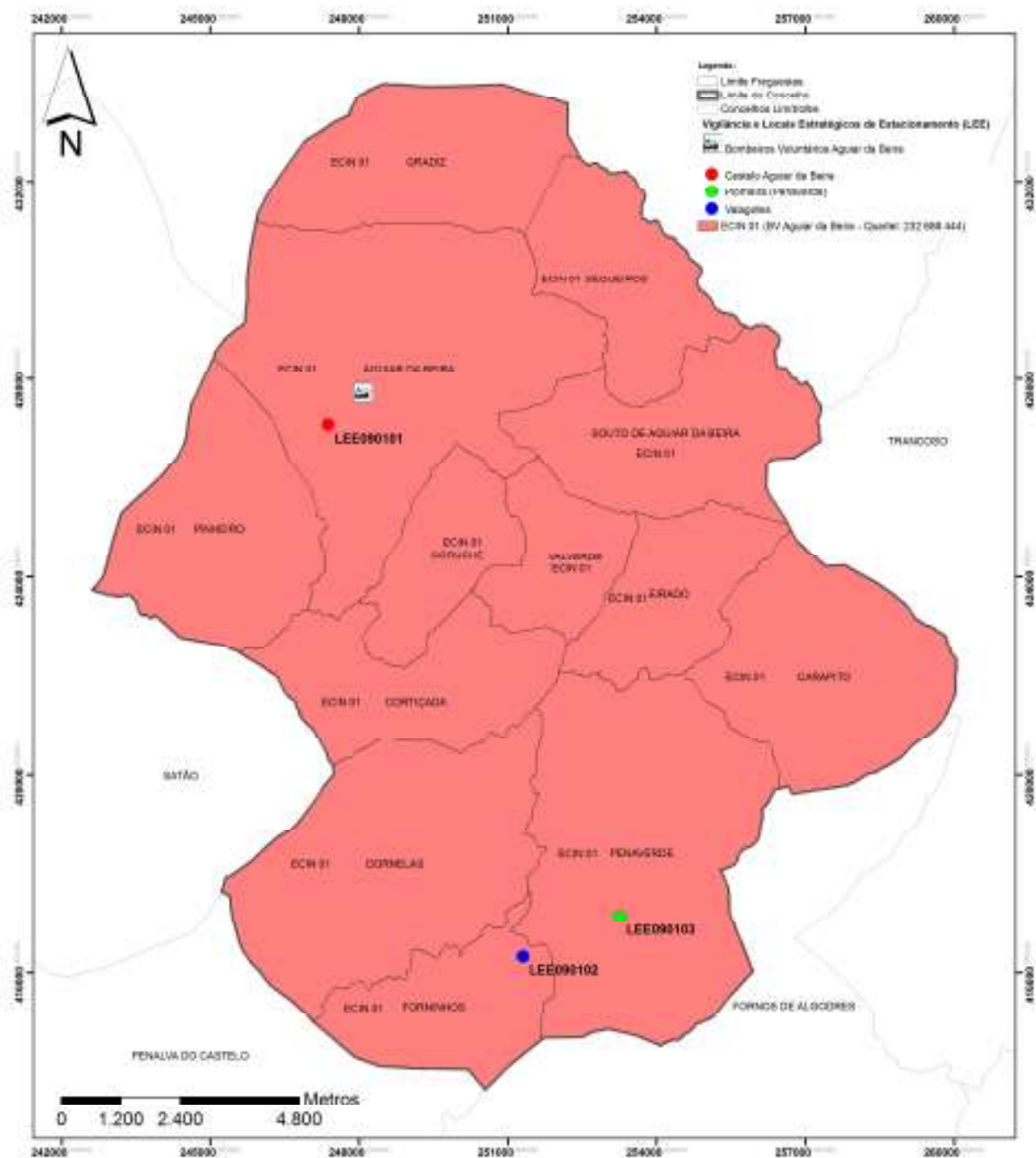


Mapa de 1ª Intervenção do Concelho de Aguiar da Beira

Elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal do Município de Aguiar da Beira,

Projeção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford - Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss IGeoE

Combate

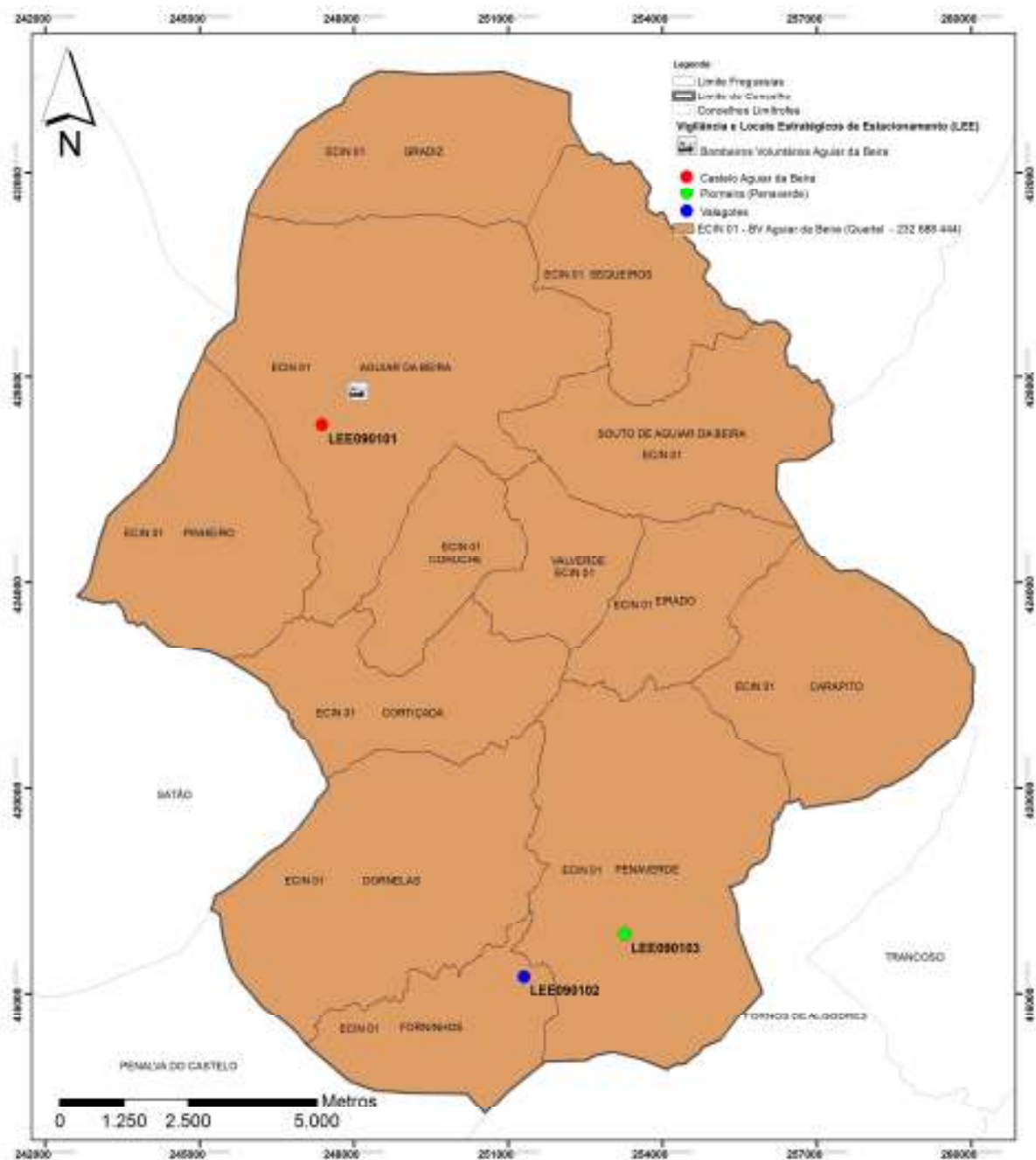


Mapa de combate do concelho de Aguiar da Beira
Sectores Territoriais de DFCE e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)

Elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal do
 Município de Aguiar da Beira,

Projeção rectangular de Gauss
 Elipsóide de Hayford - Datum Lisboa
 Coordenadas Hayford-Gauss IGeoE

Rescaldo e pós-vigilância



Mapa de rescaldo e vigilância pós-incêndio do concelho de Aguiar da Beira
Sectores Territoriais de DFCEI e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)

Elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal do
Município de Aguiar da Beira,

Projeção rectangular de Gauss
Elipsóide de Hayford - Datum Lisboa
Coordenadas Hayford-Gauss IGeoE

Metas e indicadores

Metas e indicadores - 3.º eixo

Concelho	Ação	Metas	Unidades	Responsavel	Indicadores					
					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Concelho de Aguiar da Beira	Sistema de vigilancia e deteção	1.ª deteções Posto Vigia	%	GNR	20%	20%	20%	20%	20%	20%
		1.ª deteções Equipas DFCI	%	SF	70%	70%	70%	70%	70%	70%
	1.ª Intervenção	1.ª s Intervensões Equipas DFCI	%	SF	90%	90%	90%	90%	90%	90%
	Combate e Rescaldo	Area ardida/Ocorrencia	ha/Ocorrência	BV	<3	<3	<3	<3	<3	<3
	Vigilancia Pós Incendio	Area ardida/Reacendimento	ha/Ocorrência	BV	<2	<2	<2	<2	<2	<2

Metas e indicadores

Tabela 49 - Metas e indicadores - 3.º eixo

Concelho	Ação	Metas	Unidades	Responsavel	Indicadores					
					Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
	Sistema de vigilancia e deteção	1.ª deteções Posto Vigia	%	GNR	20%	20%	20%	20%	20%	20%
		1.ª deteções Equipas DFCI	%	SF	70%	70%	70%	70%	70%	70%
	1.ª Intervenção	1.ª s Intervensões Equipas DFCI	%	SF	90%	90%	90%	90%	90%	90%
	Combate e Rescaldo	Area ardida/Ocorrencia	ha/Ocorrência	BV	<3	<3	<3	<3	<3	<3
	Vigilancia Pós Incendio	Area ardida/Reacendimento	ha/Ocorrência	BV	<2	<2	<2	<2	<2	<2

Orçamentos e responsáveis

Tabela 50 - Orçamentos e responsáveis - 3.º eixo

Concelho	Ação	Metas	Responsável	Estimativa Orçamental					
				Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
	Sistema de vigilancia e deteção	1.ª deteções Posto Vigia	GNR	10.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	10.000,00 €	50.000,00 €
		1.ª deteções Equipas DFCI	SF	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	15.000,00 €	75.000,00 €
	1.ª Intervenção	1.ª s Intervensões Equipas DFCI	SF	30.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €	150.000,00 €

Combate e Rescaldo	Area ardida/Ocorrencia	BV	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	55.000,00 €	275.000,00 €
Vigilancia Pós Incendio	Area ardida/Reacendimento	BV	30.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €	30.000,00 €	150.000,00 €
Total			140.000,00 €	140.000,00 €	140.000,00 €	140.000,00 €	140.000,00 €	700.000,00 €

4.4 - 4º Eixo estratégico: recuperar e reabilitar os ecossistemas

Não existe de momento nenhuma parcelas com necessidade efetiva de estabilização de emergência. Para todo o caso e dado o caráter dinâmico da paisagem e da ocorrência de fogos florestais fica prevista neste PMDFCI a possibilidade de proceder a intervenções deste tipo.

Assim sendo e visto que após a ocorrência de incêndios o solo, apresenta sérios riscos de ocorrência de erosão dos solos e consequentemente perda de sedimentos devido à sua topografia, que para além do empobrecimento dos solos, pode também levar à contaminação das linhas de água e à ocorrência de enxurradas.

Tendo em conta estes factos, são necessárias medidas preventivas antes do início das primeiras chuvas fortes de inverno. Desta forma caso ocorram algumas situações propõem-se as seguintes medidas: criação do “efeito barreira”, usando toros de árvores irremediavelmente queimadas que após o seu abate são colocadas de forma horizontal segundo as curvas de nível e escoradas por estacas fixas no solo (paliçadas) para que se promova a infiltração da água a criação de pequenos muros de suporte nas zonas mais críticas e a utilização de sobrantes florestais distribuídos pelas zonas mais descoberto para minimizar o efeito do impacto direto das gotas no solo nu, minimizando a erosão e promovendo a interceção.

Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

As medidas propostas para a reabilitação de povoamentos e habitats florestais passam por remover a madeira morta das áreas em afetadas e promover a reflorestação da mesma de forma a fixar os solos e a voltar a criar riqueza paisagística e económica.

Assim, as freguesias afetadas por incêndios florestais devem promover junto dos proprietários florestais campanhas de sensibilização para os riscos acima referidos e alertá-los para o acompanhamento das operações de corte.

A CMDFCI terá um papel preponderante na execução destas medidas visto que esta comissão engloba representantes de diversas entidades com relevante importância para a execução destas propostas.

4.5 - 5º Eixo estratégico: adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Necessidades de Formação; CMDFCI

Necessidades de formação CMDFCI;

ENTIDADE	Nº DE ELEMENTOS	NECESSIDADES FORMATIVAS
Município de Aguiar da Beira	3	A designar
Representante Juntas de Freguesia	1	A designar

Bombeiros Voluntários de Aguiar da Beira	1	Competência própria
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	1	Competência Própria
Guarda Nacional Republicana	1	Competência Própria
Associação de Produtores Florestais da Serra da Lapa e Dão	1	Competência Própria
Regimento de Infantaria N.º 14 - Viseu	1	Competência Própria

Organização do SDFCI

Tabela 52 - Organização do SDFCI

Entidades		Prevenção estrutural			Prevenção			
		Planeamento DFCI	Organiza ção do território , silvicultura e infraestruturas	Sensibiliza ção e divulga ção	Vigilância e patrulha m.	Detecção	Fiscaliza ção	Invest de c
ICNF	Subdire ção de DFCI	nac/dist/mun	nac/dist/mun	nac/mun/loc				
	Núcleos florestais	reg/loc	reg/loc	reg/loc				
	Equipas de 1ª intervenção		reg/loc					
MUNICÍPIO	CM DFCI/GTF	mun	mun/loc	mun/loc			mun/loc	
	SM PC	mun		mun/loc			mun/loc	
	Outros serviços municipais	mun/loc	mun/loc	mun/loc			mun/loc	
JUNTAS DE FREGUESIA		loc	loc	loc				
SAPADORES FLORESTAIS			loc	loc	loc	loc		
GNR	SEPNA			loc				
	Briga das territoriais			loc				
ANPC	CDOS	dist						
	CNOS/ MEIOS AEREOS	nac						
CORPORAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS				mun/loc				
Legenda das siglas:		Legenda das cores:			Legenda dos símbolos			
nac	nível nacio nal		Sem intervenção significativa		* No s concelho s em que o ICNB detenha a gestão directa de terreno s florestais reservas naturais, etc.) o departamento regio nal do ICNB ter			
reg	nível regio nal		Com competências significativas					
dist	nível distrital		Com competências de coordenação					
mun	nível municipal		Deveres de cívico s		** Inclui pro prietário s particulares, entidades gesto ras de baldio s, entidades gesto			
loc	nível local							

Estimativa de orçamento destinado à formação dos elementos da CMDFCI

Tipo atividade	Estimativa Orçamental					
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Formação	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	2.500,00 €

Orçamento destinado à formação dos elementos da CMDFCI

A CMDFCI tem o apoio técnico do GTF do Município de Aguiar da Beira:

Gabinete Técnico Florestal

Tiago Veiga (Lic. Ciências Agrárias – Engenharia Florestal)

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios reúne 2 vezes por ano e sempre que necessário;

Reuniões da CMDFCI	1.º Semestre	2.º Semestre
1.ª	X	
2.ª		X

Reuniões da CMDFCI

Orçamento total

Tabela 56 - Orçamento Global do PMDFCI

Eixo Estratégicos	Indicadores mensuráveis						Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5		
1.º Eixo estratégico	405.753,60 €	845.084,12 €	668.246,64 €	910.786,03 €	857.838,90 €		3.687.709,30 €
2.º Eixo Estratégico	2.050,00 €	2.050,00 €	2.050,00 €	2.050,00 €	2.050,00 €		10.250,00 €
3.º Eixo estratégico	140.000,00 €	140.000,00 €	140.000,00 €	140.000,00 €	140.000,00 €		700.000,00 €
4.º Eixo Estratégico	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €	1.000,00 €		5.000,00 €
5.º Eixo estratégico	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €		2.500,00 €
Total do PMDFCI	549.303,60 €	988.634,12 €	811.796,64 €	1.054.336,03 €	1.001.388,90 €		4.405.459,30 €

- 1) O POM será anualmente revisto entre 15 e 30 de Abril;
- 2) A CMDFCI elaborou e aprovou o presente PMDFCI para um período de 5 anos, com revisão anual ou sempre que necessária;
- 3) A CMDFCI monitoriza o desenvolvimento das ações previstas nos programas de acção

do PMDFCI;

- 4) No final de cada ano será elaborado um relatório com o balanço/monitorização relativo à execução do PMDFCI, para apreciação em sede de CMDFCI;
- 5) O PMDFCI estará disponível, para consulta, na página de Internet do Município.